



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

***CAMPUS* ERECHIM**

CURSO DE GEOGRAFIA – LICENCIATURA

IZABELA FAGUNDES

É POSSÍVEL FALAR DE SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL EM ERECHIM?

ERECHIM

2014

IZABELA FAGUNDES

É POSSÍVEL FALAR DE SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL EM ERECHIM?

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito parcial para aquisição do título de licenciada em Geografia da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Orientador: Igor Catalão

ERECHIM

2014

DGI/DGCI - Divisão de Gestão de Conhecimento e Inovação

Fagundes, Izabela

É possível falar em segregação socioespacial em Erechim?/ Izabela Fagundes. -- 2014.

94 f.

Orientador: Igor França Catalão.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) -|
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de Geografia , Erechim, RS , 2014.

1. Segregação. 2. Socioespaço. 3. Cidade - Erechim.
4. Bairros - Erechim. I. Catalão, Igor França, orient.
II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

IZABELA FAGUNDES

É POSSÍVEL FALAR DE SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL EM ERECHIM?

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito parcial para aquisição do título de licenciada em Geografia da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Orientador: Prof. Dr. Igor Catalão

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido
e aprovado pela banca em ____/____/_____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Me. Everton Kozenieski

Prof^a. Me. Paula Lindo

Prof. Dr. Igor Catalão

RESUMO

A cidade, muito além de um simples emaranhado de construções, é também o lugar onde as relações sociais vão modelando o espaço urbano e produzindo espaços diferenciados, nos quais se podem perceber a atuação de diferentes agentes sociais. Assim como as demais cidades capitalistas, respeitadas suas especificidades, Erechim também apresenta desigualdades socioespaciais, diferenças nos padrões e locais de residências que privilegiam as classes mais abastadas. A mesma encontra-se ao norte do Rio Grande do Sul e faz parte da microrregião de Erechim, na qual se destaca por ser a cidade polo da região devido à grande oferta de serviços, comércios e empregos, se comparada as cidades do entorno. Entretanto, por mais que a cidade se destaque entre as demais, a mesma possui problemas urbanos evidentes, dentre eles apresenta bairros com indicadores de exclusão social média e plena e este indicativo, entre outros elementos, nos instigam à seguinte questão: é possível falarmos também em segregação socioespacial na cidade de Erechim? Para entendermos o conceito buscamos em autores como Henri Lefebvre, Maria da Encarnação B. Sposito, Flávia Silva, Ana Fani Carlos, Roberto Lobato Corrêa, Marcelo Lopes de Souza, entre outros, algumas considerações sobre o tema. A definição e escolha dos bairros Progresso e Presidente Vargas foi pensada e elaborada a partir de algumas instigações que nos levaram a verificar a existência deste processo em cidades médias. Para efetivar a pesquisa, realizamos, além da revisão bibliográfica, a análise do mapa de exclusão/inclusão social de Erechim e elaboramos um questionário com perguntas semiabertas de cunho qualitativo que foram aplicados em 41 moradores entre os dois bairros. Ao final da pesquisa, podemos evidenciar a ocorrência do processo de segregação socioespacial nos dois bairros de estudo, entretanto, nem sempre os critérios que apontaram a presença deste processo foram os mesmos e nem sempre ocorreram no mesmo momento e com a mesma intensidade em um e outro bairro.

Palavras chave. Produção do espaço urbano, desigualdade socioespacial, segregação socioespacial, Erechim.

ABSTRACT

The city, far beyond a mere jumble of buildings, is also the space where social relations shaping the urban space will end up producing different spaces. In each one we can see the role of different actors. As well as other capitalist cities, Erechim has also its socio-spatial locations of residences that favour the upper classes. The city is located in the north of Rio Grande do Sul state, and is part of the micro-region of Upper Uruguay. It stands out for being a hub city of the region due to the wide range of services and commerce compared to the surrounding cities. However, even being an outstanding city amongst others, Erechim has its obvious urban problems, amongst them, we can highlight indicators of middle and full social exclusion. This indicator of exclusion, amongst other elements, inspired us to the question: can we also talk about socio-spatial segregation in the city? To understand the concept we seek authors such as Henri Lefebvre, Maria Encarnação Sposito, Flávia Silva, Ana Fani Carlos, Roberto Lobato Corrêa and Marcelo Lopes de Souza, amongst others. The definition and choice of neighbourhoods Progresso and Presidente Vargas was made from some researches that led us to ascertain the existence of this process in middle-sized cities in Brazil. To narrow the research, we performed a literature review and analysed the map of social exclusion/inclusion. We also prepared a questionnaire with semi-open questions of a qualitative nature, which was applied to 41 residents in the two neighbourhoods. At the end of the study, we demonstrate the occurrence of the process of socio-spatial segregation in the two neighbourhoods, considering that the criteria used were not always the same nor always occurred at the same time and intension in both neighbourhoods.

Keywords: production of urban space, socio-spatial inequality, socio-spatial segregation, Erechim.

AGRADECIMENTOS

Nada mais justo que agradecer a quem possibilitou que este momento e sonho fossem realizados. Desta maneira, agradeço a Universidade Federal da Fronteira Sul, a qual possibilitou que eu realizasse um curso superior, pois se não fosse a sua localização próxima de onde residia, não teria tido a possibilidade de cursar um ensino superior e não estaria aqui hoje redigindo estas palavras.

Agradeço também aos professores do curso de Geografia do *Campus* Erechim que, através da dedicação, empenho e responsabilidade durante estes quatro anos e meio, sempre nos motivaram a aprender, a conhecer e compreender o mundo com o olhar geográfico. Eles me motivaram a participar de eventos de geografia desde o primeiro semestre, fazendo com que o curso superior se transformasse em uma de minhas paixões e a cada encontro as energias e vontade de aprender geografia se renovavam e motivavam a continuar me esforçando, superando a saudade de estar com a família, de viver com o dinheiro contato das bolsas de extensão e pesquisa ao longo da graduação, enfim, isso tudo serviu para mostrar que quando queremos algo nada nos impede de alcançarmos.

Agradeço aos colegas de curso pela motivação, pelas conversas, pelas trocas de saber sobre os conteúdos, os trabalhos durante a graduação e a motivação em não desistir nas horas difíceis, em especial na última etapa, a monografia. Em particular agradeço ao Sian o qual sempre foi dentre os colegas a minha motivação e o qual tenho como um irmão do coração, sempre preocupado, tentando me ajudar em quaisquer que fossem as dificuldades. Agradeço também as irmãs “Bertottis”, Ana e Suzana, que desde o início estiveram mais próximas, seja na realização os trabalhos, seja trocando dúvidas, angústias e histórias.

Não posso deixar de agradecer em especial, a prof. Paula, a qual admiro desde quando iniciou na UFFS, pela sua vontade em nos fazer entender o

mundo, a ser mais críticos e atentos a partir da leitura dos mapas. Tive a feliz oportunidade de convidá-la para ser minha orientadora de TCC e de estágio. Agradeço sua disposição em me ajudar na elaboração do projeto de pesquisa, no desenvolvimento do trabalho, a motivação para não desistir da pesquisa nos momentos de crise, e sua dedicação ao meu trabalho, deixando de dar atenção, muitas vezes, ao pequeno Pedro, seu filho, para me ajudar. Infelizmente, ela não pode continuar a orientação devido à licença para escrever sua tese, mas em compensação indicou um amigo e colega de trabalho, o professor Igor, do *Campus* de Chapecó.

Confesso que fiquei apreensiva quando a Paula me avisou que não poderia mais me orientar e sua indicação foi para alguém com quem não tinha contato, mas, para minha surpresa, logo no primeiro encontro para falarmos sobre o trabalho, foi possível perceber, a partir de uma breve conversa, sua grande compreensão, sua calma. Ele me passou a segurança necessária para concluir este trabalho e, desta maneira, agradeço imensamente todo o apoio, dedicação e disponibilidade em me acompanhar nesta etapa tão importante da graduação.

Por fim e de modo não menos importante, agradeço aos amigos e à família pela compreensão nos muitos momentos em que me distanciei de vocês para poder estudar. Ao namorado Antônio, agradeço aos tantos finais de semana que ficou do meu lado enquanto estudava e soube compreender cada ausência minha quando priorizava o estudo.

Bem, queria poder agradecer a cada um de todos os amigos e professores, que passaram por mim nestes 5 anos, porém, para não me delongar, deixo aqui o meu muito obrigada a todos(as) vocês, pois cada um deixou um pouco de si em mim e contribuiu para eu chegar até aqui.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

FOTOGRAFIA 1 VISTA AÉREA DA PRAÇA DA BANDEIRA E ENTORNO – CENTRO DE ERECHIM.....	18
FOTOGRAFIA 2- BAIRRO PROGRESSO.	42
FOTOGRAFIA 3 – CAMPO DA SOCIEDADE VICENTE DE PAULA	42
FOTOGRAFIA 4 – RUAS E MORADIAS NO BAIRRO PRESIDENTE VARGAS.....	45
FOTOGRAFIA 5 – TERRENO BALDIO, LIXO, BAIRRO PRESIDENTE VARGAS	46
FOTOGRAFIA 6 – VISTA DO CENTRO DA CIDADE DO PONTO DE VISTA DO BAIRRO PRESIDENTE VARGAS.....	47
FOTOGRAFIA 7 VISTA DA BR 153 E CENTRO DA CIDADE	54
FOTOGRAFIA 8 – ENTRADA DO BAIRRO PROGRESSO.....	58
FOTOGRAFIA 9 – RUA SÃO MARTINHO, BAIRRO PROGRESSO.	60
FOTOGRAFIA 10 – VISTA DO MORRO DA CAIXA DE ÁGUA COM RESIDÊNCIAS IRREGULARES, BAIRRO PRESIDENTE VARGAS.	67
FOTOGRAFIA 11 - CONJUNTO HABITACIONAL SOCIAL BAIRRO PRESIDENTE VARGAS.	67
FOTOGRAFIA 12 – PAVIMENTAÇÃO DAS RUAS PARALELAS A RUA CENTRAL DO BAIRRO.	71
FOTOGRAFIA 13 – PAVIMENTAÇÃO DAS RUAS PARALELAS DO BAIRRO PRESIDENTE VARGAS.....	72
Fotografia 14 – Vista do campo de futebol (A) e do salão comunitário do bairro (B). 72	

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1: A CIDADE: PRODUTO DA (RE)PRODUÇÃO DOS AGENTES SOCIAIS NO ESPAÇO URBANO	15
1.1 DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS: SINAIS DE SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL?	21
CAPÍTULO 2: PRESIDENTE VARGAS E PROGRESSO: VIVÊNCIAS DIFERENCIADAS	29
CAPÍTULO 3: SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL: UMA ANÁLISE ENTRE OUTRAS POSSÍVEIS.....	50
CONSIDERAÇÕES FINAIS	75
REFERÊNCIAS	82
APÊNDICES: NOTAS METODOLÓGICAS	86

INTRODUÇÃO

A cidade, fruto da ação humana no espaço, também pode ser vista como um conjunto de aglomerações humanas e de atividades que se destacam conforme o tipo de atividades desenvolvidas. Desta maneira, surgem as cidades-polo, que atraem pessoas de outras cidades em busca de oportunidades de emprego, melhores condições de vida, etc.

Questionamo-nos por que estudar a cidade. Ao vivenciar o cotidiano urbano, nota-se em qualquer cidade capitalista a presença de desigualdades socioespaciais, produzidas pelos agentes sociais produtores do espaço urbano.

A presença de desigualdades socioespaciais podem derivar para outros processos urbanos, como os processos de segregação socioespacial e exclusão social, que se desencadeiam a partir de uma série de critérios, os quais podem se apresentar no espaço urbano ou a partir das relações sociais. Para tal, buscamos investigar em que medida os moradores da cidade, em função das áreas que habitam, vivenciam e usufruem dos espaços urbanos.

Conforme dito nos parágrafos anteriores, a cidade é fruto da ação humana, e cada cidade apresenta suas singularidades, pois as relações sociais são instáveis. Por isso, algumas cidades, conforme sua situação geográfica, crescem demográfica e territorialmente ao longo dos anos enquanto outras acabam transformando-se em reduzidos núcleos urbanos que atendem as necessidades mínimas da população que ali reside. Nesses casos, quem deseja cursar um ensino superior ou precisa de atendimento médico específico, ou mesmo emprego, precisa deslocar-se para as cidades polo.

Tendo em vista estes aspectos, apresentamos ao leitor nosso objeto de estudo a cidade de Erechim, a qual se localiza ao norte do estado do Rio Grande do Sul. A cidade é classificada como polo do Alto Uruguai, por ter no seu urbano a presença de polos industriais, diversas instituições de ensino, tanto públicas quanto privadas, hospitais com nível infraestrutural que atendem as demandas da população de todas as cidades do entorno, serviços comerciais

diversificados, seja para uso e aquisição de produtos e serviços oferecidos, seja para busca de trabalho.

Nos próximos capítulos, apresentaremos algumas considerações sobre a cidade de Erechim e, mais especificamente, sobre a área de estudo, os bairros Presidente Vargas e Progresso. Estes bairros foram definidos após a análise do mapa síntese¹ de Exclusão/ Inclusão social (p. 33), pois os mesmos apresentaram setores censitários com índices de exclusão social plena e média, o que por si só indicam uma diferenciação com características de desigualdade no espaço urbano, que pode compreender também elementos segregadores.

Especificando os objetivos que orientaram a realização da pesquisa que se consubstancia nesta monografia, destacamos como objetivo geral, a contribuição aos estudos da segregação socioespacial em cidades médias, tendo como objeto analítico Erechim.

Especificamente, apresentamos os seguintes objetivos:

- Compreender como surge e o que significa o processo de segregação socioespacial em Erechim.

- Verificar as relações entre desigualdades socioespaciais e segregação socioespacial.

- Entender quais os critérios que evidenciam o processo de segregação socioespacial.

- Constatar as condições de vida dos moradores dos bairros Presidente Vargas e Progresso.

O referencial teórico central da pesquisa está voltado à compreensão da cidade e do urbano e, em especial, do conceito de segregação socioespacial, a partir dos quais temos a possibilidade de analisar os fenômenos que ocorrem na área de estudo e suas repercussões no espaço urbano como um todo.

Esta monografia resulta de instigações da autora, que foram surgindo e salientando-se a partir do contato com alguns projetos de extensão e pesquisa

¹ Demonstraremos como os autores Camacho e Lindo (2014), chegaram ao mapa síntese de Exclusão/Inclusão social nos Apêndices: Notas metodológicas do trabalho p. 90.

dos quais participou ou foi bolsista, projetos estes que abordavam a temática urbana ou estavam voltados a pesquisar as relações sociais e espaciais presentes na cidade de Erechim. Um dos porquês de pesquisar a segregação socioespacial está associado à presença de desigualdades socioespaciais evidentes no espaço urbano.

A revisão bibliográfica também faz parte dos procedimentos para a realização da pesquisa, contudo, somente no contato com a realidade podemos estabelecer o diálogo necessário entre o teórico e o empírico. Em vista disso, a seguir apresentaremos em linhas gerais um pouco do que será abordado em cada capítulo.

Este trabalho está estruturado em três capítulos. No capítulo I, “A cidade: produto da (re)produção dos agentes sociais no espaço urbano”, buscaremos delimitar e especificar a base teórica, para em combinação com os resultados dos questionários obter elementos suficientes para alcançar os objetivos da pesquisa.

No capítulo II, “Presidente Vargas e Progresso: vivências diferenciadas”, traçaremos um breve histórico de surgimento do município de Erechim enfocando os bairros, já denominados, pretendendo, a partir do recorte histórico, entender como e quais os processos que se evidenciam nos bairros em estudo que possam ou não desencadear a segregação socioespacial.

No último capítulo, intitulado “Segregação socioespacial, uma análise entre outras possíveis” faremos a análise das informações coletadas a partir da aplicação dos questionários e da definição de critérios de avaliação para respondermos ao questionamento inicial: é possível falar de segregação socioespacial em Erechim?

Por fim apresentaremos algumas considerações finais, retomando as ideias desenvolvidas ao longo do trabalho e abrindo outras possibilidades de pesquisa. Após as referências, apresentaremos algumas notas metodológicas para esclarecer os passos dados ao longo da pesquisa.

Desta maneira, desejamos aos leitores uma boa leitura, esperando que este trabalho possa ajudá-los a conhecer um pouco mais sobre a cidade de Erechim e seus bairros e pretendemos, se possível, que sirva como um meio de conhecimento e fonte de informações sobre os processos em estudo.

CAPÍTULO 1: A CIDADE: PRODUTO DA (RE)PRODUÇÃO DOS AGENTES SOCIAIS NO ESPAÇO URBANO

É a cidade que nos define, que nos dá vida, que tem problemas, desordens, caos e crises. Porém, não realiza o prodígio de apagar a realidade vivida, de ocultar a cidade real, de fazer desaparecer a desigualdade socioespacial (RODRIGUES, 2007).

O objetivo deste capítulo inicial será compreender os significados do conceito de segregação socioespacial², suas diferenças e como se materializam na cidade assim como outros conceitos essenciais para a compreensão deste processo na área deste estudo. No caso: Erechim.

Para entender todos os processos que ocorrem na cidade e produzem o espaço urbano, inicialmente levantamos algumas conceituações de cidade, bem como identificamos quem são os agentes que dão vida a ela. Para tal, buscamos em Ana Fani Carlos (2011) e Roberto Lobato Corrêa (1989) algumas considerações. A fim de entendermos o que depreendem as desigualdades socioespaciais, utilizamos as ideias de Paula Lindo (2011) e Arlete M. Rodrigues (2007). Quanto à compreensão do conceito de segregação socioespacial buscamos em Henri Lefebvre (2001), Marcelo Lopes de Souza (2001), Flávia Silva (2008) e Flavio Villaça (2003) contribuições teóricas.

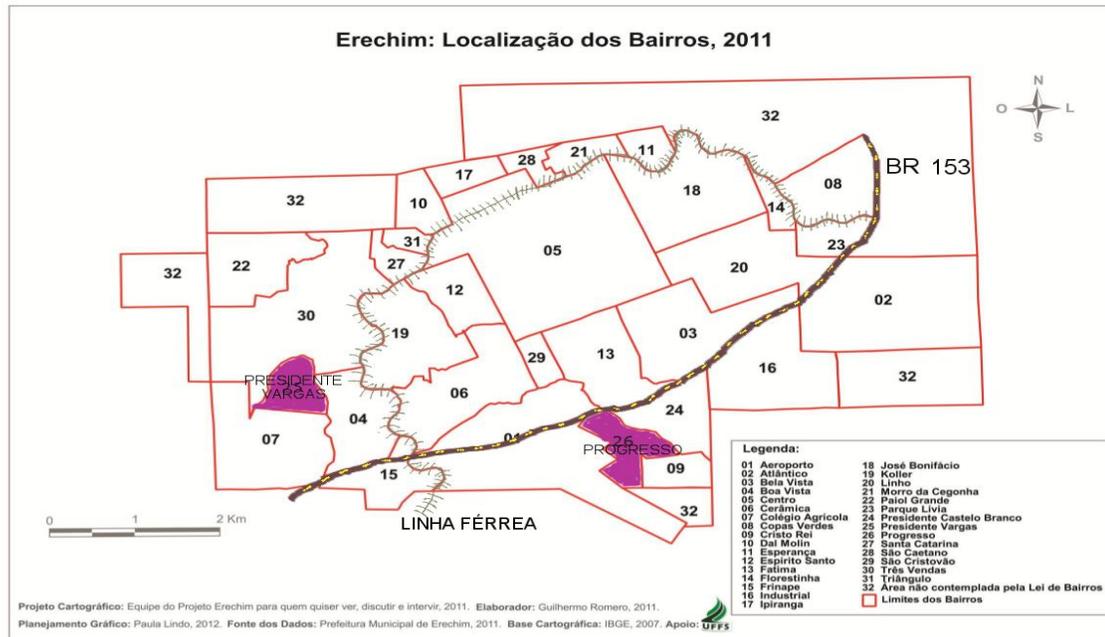
O referencial teórico supracitado foi selecionado para facilitar a compreensão da área de estudo, no caso da cidade de Erechim os Bairros Progresso e Presidente Vargas.

Aproximando a discussão teórica com a realidade a ser estudada, trouxemos o mapa 1, o qual demonstra a localização do centro da cidade e dos bairros de estudo, o bairro Presidente Vargas (25) e o bairro Progresso (26),

² A discussão sobre o uso do termo socioespacial/sócio-espacial está presente no fim deste capítulo.

ambos localizados fora da área projetada inicial da cidade.

Mapa 1 – Erechim: Localização dos bairros, 2011.



Fonte: Juçara Spinelli. Cadernos de Mapas de Erechim (2011), adaptado pela autora, 2014.

A área projetada da cidade foi elaborada com vias largas, para facilitar o fluxo de carros e caminhões, com vistas a um aumento do fluxo de transporte no decorrer dos anos, diferentemente do que ocorreu com os bairros e loteamentos criados além da linha férrea e da BR 153, onde as ruas são estreitas e com calçamento precário ou inexistente. Ao tratarmos de ruas, vias, transporte, estamos nos referindo a uma concentração de serviços em um ponto da cidade. Mas o que seria uma cidade mesmo? Espaço complexo e multifacetado, a cidade, surge a partir da nova relação homem versus natureza Rolnik (1994) faz um estudo sobre o surgimento das cidades e defende que:

Fruto da imaginação e, trabalho articulado de muitos homens, a cidade é uma obra coletiva que desafia a natureza. Nasce do processo de sedentarização e seu aparecimento delimita uma nova relação homem/natureza, para fixar se num ponto para plantar é preciso garantir o domínio permanente de um território (ROLNIK, 1994 p.8).

Partindo das ideias da autora, observa-se que o surgimento das cidades

está interligado ao trabalho, à união dos homens e ao controle de certos espaços. Com o passar do tempo este controle e domínio se dá entre os homens também, através do surgimento da troca de produtos na venda da força de trabalho para usufruir de bens materiais, de espaços, de moradia e de trocas de tempos, tempos de trabalho por tempos de descanso e lazer. É na cidade que se concentram comércios, serviços, indústrias e recursos para saúde, educação e lazer, é onde encontramos os conflitos socioespaciais, as disputas territoriais e sociais, a busca pelo bem-estar social.

Quanto ao viver na cidade a autora (1994) afirma que,

A relação morador da cidade/ poder urbano pode variar infinitamente em cada caso, mas o certo que desde sua origem a cidade significa, uma maneira de organizar o território e uma relação política. Assim, ser habitante da cidade significa participar de alguma forma de vida pública mesmo que em muitos casos essa participação seja apenas a submissão de regras e regulamentos (ROLNIK ,1994, p.22).

Partindo deste pressuposto, todos os moradores de uma cidade participariam de tomadas de decisões, escolhas, programas governamentais, participariam ou teriam alguma forma de atuação política (discutindo, reivindicando, propondo), dentro da cidade ou mesmo sendo submissos a regras criadas por outros indivíduos. Ou seja, o viver na cidade vai muito além do que simplesmente morar próximo usufruir de serviços, transportes, programas e espaços coletivamente. Neste sentido, Souza (2011) assinala que

[...] toda cidade é um local de mercado, onde se dá um intercâmbio regular de mercadorias. [...] [Cristaller afirma que] toda cidade é, do ponto de vista geoeconômico, isto é, das atividades econômicas vistas a partir de uma perspectiva espacial, uma localidade central, de nível maior ou menor de acordo com a sua centralidade – ou seja, de acordo com a quantidade de bens e serviços que ela oferta, e que fazem com que ela atraia compradores apenas das redondezas, de uma região inteira ou , mesmo, de acordo com o nível de sofisticação do bem ou serviço, do país inteiro e até de outros países (SOUZA, 2011, p.25).

Como bem exposto por Souza (2011), o solo urbano passa a ser mercadoria, no qual, algumas áreas passam a ser mais valorizadas que outras.

Os motivos da valorização de certas áreas da cidade são diversos, dentre eles estão a concentração de serviços em um ou mais pontos centrais ou em algumas avenidas, ou seja, o centro. Se temos centro, conseqüentemente teremos uma periferia e nestes espaços, no caso brasileiro, tendem a ser observadas relações assimétricas, encontrar-se grupos sociais estigmatizados e segregados socioespacialmente.

Para compreendermos o significado do termo centro, buscamos em Silva (2013), uma explicação:

O centro é uma área de máxima concentração de atividades econômicas dentro do tecido urbano, sendo visível na paisagem verticalizada, na densidade de estabelecimentos comerciais e de serviços, bem como no volume de pessoas transeuntes durante o horário comercial (SILVA, 2013 p.3).

Fotografia 1 - Vista aérea da Praça da Bandeira e entorno – centro de Erechim



Fonte: Jornal Bom dia de Erechim. Ano 2008.

A observação da fotografia 1 da cidade nos dá características da conformação do espaço urbano e permite observar a espacialização dos locais de habitação.

Outro conceito importante para o desenvolvimento de nosso trabalho refere-se às pessoas e grupos sociais que “dão vida” à cidade. Apontamos

como agentes sociais, atores, sujeitos, indivíduos, entre outros e sabemos que estes termos não são sinônimos, por isso, antes de estabelecermos uma escolha, de modo aleatório, buscamos compreender seus significados. Vasconcelos (2011) trabalha com algumas precisões, entre elas a diferença entre agente e ator social. Para tal, o autor cita Grafmeyer (1995), para quem

[...] a noção de ator seria utilizada 'para os casos em que a pessoa está envolvida e relações de papéis com um ou vários protagonistas. Utilizamos o termo agente para os outros casos'. Ele dá como exemplo o promotor imobiliário, que seria um agente quando manda construir um imóvel, mas quando negocia com os representantes da municipalidade, ele passaria a ser considerado como um ator. Grafmeyer (1995, p. 118) também considerava que os agentes podem ser tanto uma pessoa física como uma entidade coletiva (VASCONCELOS 2011, p. 75).

A partir do pensamento de Grafmeyer (1995), podemos entender a diferença entre um ator e um agente social, em que o ator se refere tanto a papéis de interpretações artísticas, como também pode ser considerado o indivíduo que negocia com os representantes do poder público ou um usuário dos serviços e bens materiais da cidade. Entretanto o agente social pode ser entendido como o sujeito que faz uma ação no espaço urbano e como exemplo, citamos o promotor imobiliário.

Quanto aos grupos sociais ou organizações, William Form (1954) apud VASCONCELOS, (2011) define por grupos e organizações

[...] o imobiliário (os negócios imobiliários e da construção); (2) as grandes empresas (as grandes indústrias, os negócios e infraestruturas); (3) os residentes (os proprietários industriais e outros pequenos consumidores); e (4) o governo (governo local). (VASCONCELOS,2011, p.76).

Form (1954) citado por Vasconcellos (2011) compreende grupos e organizações como sendo empresas, construtores, poder público e proprietários industriais, não incluindo grupos étnicos, por exemplo, ou seja, ele atribui a grupos o valor de entidade de organização com algum fim, não correlacionando a organizações de indivíduos sem fins lucrativos. Relacionando aos termos supracitados, buscamos em Corrêa (1989, p.12) uma explicação de

agente social, termo este que será utilizado ao longo do trabalho por tratar-se de algo que será encontrado em praticamente todas as discussões. Desta maneira, para o autor, agente social compreende “os proprietários dos meios de produção, os grandes industriais; os proprietários fundiários; os promotores imobiliários; o Estado e os grupos sociais excluídos”.

Esta breve reflexão e contextualização dos termos citados têm como intuito, justificar a nossa escolha pelo termo agente social ao referirmo-nos a grupos sociais, entidades ou poder público. Desta maneira, um agente social em união com outros agentes sociais produz e reproduz o espaço urbano.

Ao produzir a vida estamos produzindo o espaço urbano. O agente social, um grupo social ou o indivíduo por si só, produz o espaço urbano, que segundo Carlos (2011), compreende

[...] condição, meio e produto da reprodução da sociedade, definindo como processo/movimento em constituição, como o da própria sociedade. [...] O ato de produção da vida é, conseqüentemente, um ato de produção do espaço, além de um modo de apropriação. Nesse raciocínio, afirma o espaço como condição, meio e produto da reprodução social (CARLOS, 2011, p. 63).

A autora, ao trabalhar o conceito de espaço urbano, traz elementos que comprovam a sua produção a partir da produção da vida em sociedade e da produção da própria vida, ou seja, toda e qualquer ação humana na cidade capitalista, ao apropriar-se de espaços, ao definir alguns usos e usuários de determinados locais produzem o espaço urbano.

Entre os agentes produtores do espaço urbano, segundo Corrêa (1989), o Estado em escala municipal, estadual ou federal está produzindo o espaço urbano ao implementar políticas públicas como, por exemplo, políticas de habitação de interesse social, através de programas de assistência social, de implantação de conjuntos habitacionais, entre outros programas, além da questão infraestrutural da cidade. Esta atuação do Estado e demais agentes sociais acaba produzindo desigualdades no espaço urbano ou seja, desigualdades socioespaciais.

1.1 DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS: SINAIS DE SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL?

As desigualdades socioespaciais, podem ser percebidas através das diferenças entre os espaços. Com relação a esta assertiva, Lindo (2011, p. 47) afirma que é possível observar “as desigualdades pela qualidade de vida dos moradores e pelas paisagens urbanas que se diferenciam. (...) nas formas e nos conteúdos particulares, cuja inserção encontra-se no espaço geográfico”.

A autora deixa claro que o processo de desigualdade está relacionado à qualidade de vida das pessoas, também leva em conta a diferenciação da paisagem inserida no espaço urbano, ou seja, por mais que as desigualdades sejam medidas através do índice de GINI³ e do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)⁴, estas podem ser percebidas através do espaço, nas paisagens a partir das formas das estruturas construídas em diferentes pontos da cidade, do padrão das moradias, etc.

A desigualdade socioespacial surge como produto do capitalismo, por exemplo, quando há supressão das necessidades básicas dos agentes sociais ou de infraestrutura em partes da cidade, principalmente onde residem as massas trabalhadoras. Neste sentido, utilizamos as reflexões de Rodrigues (2007, p.74) a qual afirma que: “A desigualdade socioespacial é expressão do processo de urbanização capitalista, um produto da reprodução ampliada do capital que se perpetua como condição de permanência da desigualdade

³ O Índice de Gini é uma medida de desigualdade desenvolvida pelo estatístico italiano Corrado Gini. Ele consiste em um número entre 0 e 1, em que 0 corresponde à completa igualdade de renda (onde todos têm a mesma renda) e 1 corresponde à completa desigualdade (onde uma pessoa tem toda a renda, e as demais nada têm). Mais informações em: Entendendo o Índice de Gini – IPECE.

⁴ IDH: O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida resumida do progresso a longo prazo em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde. O IDH pretende ser uma medida geral e sintética que, apesar de ampliar a perspectiva sobre o desenvolvimento humano, não abrange nem esgota todos os aspectos de desenvolvimento. Mais informações em PNUD – Desenvolvimento humano e IDH. Fonte: <www.pnud.org.br/IDH/DH.aspx 2012>. Acesso em 11/12/2014.

social”.

A autora defende que as desigualdades socioespaciais ocorrem em qualquer sociedade capitalista e sempre existirão como um produto do capitalismo e da globalização. Neste sentido, quando nem todos os usuários da cidade conseguem ter o mesmo tipo de acesso a serviços, bens de consumo, a educação, saúde, emprego etc. estamos vivenciando a presença de desigualdades socioespaciais, pois além das necessidades sociais, elas podem ser notadas através de diferentes paisagens que se materializam no espaço urbano. Quando paisagens diferentes significam modos e usos diferenciados do espaço urbano, o que ocorre é que nem todos necessariamente gostariam, de fato, de estar presos a esse ou aquele tipo de uso diferenciado do espaço, mas são “forçados” por outros agentes sociais.

Enfatizando sobre a presença das desigualdades socioespaciais, Peet (1975) afirma que para se acabar com as desigualdades é necessário alterar o atual modelo de economia capitalista. Para tanto, sustenta que:

A desigualdade produz-se inevitavelmente no processo normal das economias capitalistas, e não pode ser eliminada sem alterar de modo fundamental os mecanismos do capitalismo. Ademais, forma parte do sistema, o que significa que os detentores do poder têm interesses criados em manter a desigualdade socioespacial (PEET, 1975, p.1).

O autor (1975) reforça que as desigualdades socioespaciais são produtos do modelo capitalista de sociedade e que alguns agentes sociais têm interesses em manter as desigualdades socioespaciais. A partir dessa afirmação, devemos atentar para os agentes modeladores do espaço, por exemplo, em Erechim, os proprietários fundiários e os promotores imobiliários que, juntamente com o poder público municipal, agem mais intensamente na produção do espaço. O Estado, por sua vez, enquanto detentor do poder, não se ocupa em acabar com as desigualdades, mas apenas minimizá-las através da criação e uso de políticas públicas que dizem atender a toda população, por exemplo, através dos programas Minha Casa Minha Vida, Bolsa Família, Bolsa Escola, Mais Saúde e o Mais Educação esquecendo-se de levar em conta a

qualidade destes serviços e o acesso da população, especialmente aquela em maior vulnerabilidade.

As desigualdades por sua vez, podem ser percebidas através do Índice de Gini ou do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Para tanto, trouxemos alguns dados extraídos do site do Departamento de Informática do SUS (DATASUS) do estado do Rio Grande do Sul. Se observarmos os valores para o índice de GINI da renda *per capita* em Erechim, notamos que para o ano de 2010 houve uma redução do índice de desigualdade de renda se comparado aos últimos 10 anos, ficando em 2010 com 0,4869 em face a 2000 quando estava com 0,5281.

Quanto ao IDHM, Erechim também teve um aumento do índice entre os anos de 2000 e 2010, pois, no início da década, a cidade encontrava-se com um IDHM (educação, longevidade e renda) de 0,696 e em 2010 com 0,776 segundo informações do Atlas do desenvolvimento Humano 2013.⁵ Porém somente a mudança nos números significa de fato uma melhora de vida para toda a população? Mesmo que o município trabalhe para aumentar o IDHM, significa que todos os moradores de Erechim estão usufruindo das mesmas políticas públicas, com mesma “qualidade” - intensidade? Estão usufruindo do mesmo acesso a todos os serviços, ou seja, educação, saneamento, transporte, questões infraestruturais, habitacionais, de lazer, entre outras? Estes questionamentos ficam como reflexão que tentaremos evidenciar a partir dos trabalhos de campo, embora seja possível adiantar que, ao contrário, apenas os números não justificam suficientemente e não mostram a realidade de toda a cidade.

As desigualdades socioespaciais têm diversos desdobramentos, por exemplo a presença de bairros que diferem uns dos outros, seja em razão de quais classes sociais ocupam estes espaços, em função da infraestrutura presente ou ausente que podem provocar o surgimento de processos mais complexos sobre o espaço urbano, ou seja, a segregação socioespacial ou a

⁵ A análise mais detalhada sobre políticas públicas e suas implicações no espaço urbano não serão aprofundadas neste trabalho, pois fogem do alcance da pesquisa, entretanto foram abordadas em função de estarem de certa forma relacionadas às desigualdades socioespaciais no espaço urbano de Erechim.

exclusão social. A partir das conceituações expostas, a seguir, iremos analisar alguns entendimentos sobre segregação socioespacial.

Para iniciarmos a compreensão de segregação socioespacial, citamos Lefebvre (2001, p.98), segundo o qual a segregação:

Deve ser analisada segundo índices e critérios diferentes: ecológicos (favelas, pardieiros, apodrecimento do coração da cidade), formais (deterioração dos signos e significações da cidade, degradação do urbano por deslocação de seus elementos arquitetônicos), sociológico (níveis de vida e modos de vida, etnias, culturas e sub-culturas etc.) (LEFEBVRE,2001, p.98).

Para Lefebvre, a segregação surge não somente por questões de localização de moradia, mas também por fatores de reestruturação do centro urbano, remoção de elementos e serviços para outras áreas da cidade, pelos diferentes níveis e modos de vida e até por fatores culturais/ étnicos, ou seja, a segregação é um processo complexo e não pode ser reduzido a apenas uma ou outra questão, já que são vários fatores que podem levar a determinado grupo social a ser segregado socioespacialmente.

Continuando a reflexão sobre a segregação, Souza (2011) trabalha com o conceito em uma dimensão mais histórica do processo, defendendo que

[...] o fenômeno da segregação residencial é, sem dúvida, muito geral ao longo da história da urbanização. Quase sempre existiram grupos que, devido à pobreza, a sua etnia ou a outro fator eram forçados a viverem em certas áreas, sendo, na prática ou até formalmente, excluídos de certos espaços, reservados para as classes e grupos dominantes da sociedade. A segregação induzida pode ser observada em cidades desde a antiguidade (SOUZA, 2011, p. 68).

Na citação acima, Souza (2001) deixa explícito que o processo de segregação é decorrente de questões étnicas, local de moradia e por questões econômicas, estes entre outros fatores acabam impondo onde determinados grupos sociais irão morar, ter espaços de lazer, que espaços poderão frequentar, pois acabam sendo expulsos de outros lugares por nem sempre seguirem os mesmos padrões, digamos, de a cor da pele, jeito de vestir, o lugar onde reside (em Erechim, por exemplo, lugares como Residencial Estar do

Chile, bairro Centro, Moro da Cegonha, Vale do Dourado, se destacam por concentrar casas de alto padrão e famílias de alto poder aquisitivo).

Segundo esse mesmo autor (2011), a segregação no Brasil abrange uma grande parcela muito maior da população diferentemente por exemplo do que ocorre nos Estados Unidos.

[...] a segregação [no Brasil] afeta uma enorme parcela, não raro a maioria da população de uma cidade, a qual mora em favelas, em loteamentos de periferia ou em cortiços. Não se trata, nessa situação da segregação de um grupo específico, por razões fortemente étnicas ou culturais, embora a correlação entre pobreza e etnicidade seja, conforme já se disse, forte, o que se tem é uma situação na qual os pobres são induzidos, por seu baixo poder aquisitivo, a residirem em locais afastados do centro comercial [...]. Nesses locais não é apenas a carência de infraestrutura a contrastar com os bairros privilegiados da classe média e das elites, que é evidente, a estigmatização das pessoas em função do local de moradia, é muito forte (SOUZA, 2011, p. 69).

Como bem expressado pelo autor, o que temos no Brasil é a indução dos pobres ocuparem somente os locais mais precários e afastados do centro, o que por sua vez provoca um estigma nestas pessoas, que muitas vezes encontram-se impedidas de conseguir uma vaga de trabalho por residir em determinado bairro, ou ser mal atendido por morar em locais estigmatizados.

Nesta linha de pesquisa é válido salientar o trabalho de Silva (2008) a qual defende que este processo pode ser voluntário ou involuntário,

[...] a primeira dá-se por iniciativa própria a fim de viver com indivíduos de sua classe ou etnia, [...] a segunda é quando habitantes se veem obrigados a morar em determinada região da cidade, como por exemplo, os excluídos nas periferias das metrópoles pois os que ocupam a área central ou mais consolidada da cidade impedem ou dificultam que a mesma seja ocupada pelos moradores de classe mais baixa (SILVA, 2008, p. 41).

Desta maneira, entende-se que a segregação também é algo forçado, planejado, que sofre influência de parte da sociedade, não podendo ser entendida como algo natural. Existem agentes sociais por traz deste processo, que concretizam suas intenções através da produção de espaços desiguais e

por vezes segregados, porém segundo a autora, além destas formas de segregação socioespacial, esta pode estar não só na distância entre um e outro agente social, atualmente estes agentes podem estar próximos e estarem segregados,

[...] - por muros e tecnologias de segurança, embora espacialmente próximos, classes mais abastadas e mais pobres, continuam socialmente separadas, não interagindo ou circulando em áreas comuns (Caldeira, 2000). Exceto, por exemplo, em *Shopping Centers*, onde há a circulação [respaldada por todo um aparato de “segurança”], porém sem interação, com consumidores comprando em lojas devidamente planejadas para tal público (SILVA, 2008, p. 46).

Esta outra definição de segregação socioespacial traz contribuições importantes para entendermos como este processo pode estar posto em nosso dia a dia, mas muitas vezes naturalizamos algumas atitudes, por exemplo do abastado consumindo marcas e locais e os menos abastados apenas observando e contentando-se com o olhar.

Complementando as ideias dos autores já citados, buscamos em Villaça (2003) outro aspecto relevante que refere-se à acessibilidade e à segregação socioespacial. O mesmo afirma que:

A segregação como um mecanismo de dominação e exclusão, sempre impede ou dificulta o acesso dos segregados a algum serviço, benefício, direito ou vantagem, seja público, seja privado. Pode ser o conforto de um serviço de transportes, um bom parque, os serviços públicos ou os shoppings. A segregação espacial urbana atua através da acessibilidade ou seja, através das facilidades ou dificuldades de locomoção no espaço urbano. Uns têm os equipamentos e serviços urbanos mais acessíveis, outros, menos acessíveis entendendo-se acessibilidade em termos de tempo e custo de deslocamento no espaço urbano (VILLAÇA, 2003, p.2).

Como bem explícito na citação acima, para Villaça (2003) a segregação define-se pelas dificuldades de acessos a quaisquer que sejam os serviços ofertados, não se restringindo a questões de moradia, mas também ao acesso a transportes, por exemplo, a equipamentos e serviços urbanos. Este modo de definir a segregação acrescenta um novo elemento aos demais autores citados,

os quais compreendem a segregação quase que exclusivamente pelo fator da moradia, podendo ser segregados ao serem “expulsos” de determinados lugares da cidade devido ao aumento do valor dos imóveis ou por não ter condições financeiras de alugar ou comprar um imóvel próximo aos serviços, ou seja, na maioria dos casos ao centro da cidade.

Ponto importante a se chamar a atenção é a vinculação obrigatória da segregação com a dimensão residencial, em sentido mais restrito, e espacial, em sentido mais abrangente, razão pela qual parece mais apropriado adjetivar o conceito de segregação como sendo socioespacial.

Até o momento, viemos discutindo diversos conceitos que fazem parte da problemática urbana na cidade, porém um termo importantíssimo que adjetiva o conceito de segregação e o termo desigualdades, o sócio-espacial/socioespacial, necessita de precisão. Como já expressei, ele possui duas grafias e segundo os autores ao menos duas interpretações. Para esclarecermos esta diferença, baseamo-nos, nos artigos de Catalão (2011) e Souza (2013) que enfatizam as diferenças conceituais e gráficas. Catalão (2011) questiona-se se, de fato, a preocupação exposta por Souza sobre a grafia com ou sem hífen é relevante. Nas palavras de Souza (2013, p. 16), o termo socioespacial, sem hífen, seria utilizado quando desejamos referir-nos apenas ao espaço, seja ele uma sala um estádio de futebol e sua estrutura física em si, sem levar em consideração as relações sociais ali presentes, no qual o social viria apenas como um qualificador do termo espacial, enquanto que na grafia do termo sócio-espacial, com hífen, o ‘sócio’, indica que está se tratando direta e plenamente das relações sociais, além do espaço social.

Observando as reflexões do autor (2013), de fato teríamos uma significativa diferença ao utilizar o termo sócio-espacial com hífen, porém, na concepção de Catalão (2011) não é a questão de escrita que difere o sentido do conceito.

[...] a compreensão sobre o *espacial* já remete imediatamente a algo efetivamente relativo ao espaço social. Boa parte dos geógrafos e

cientistas sociais que têm grafado socioespacial ou o fizeram de modo conscientemente tautológico, para reforçar o conteúdo social do espaço, ou não tinham consciência de que, além do espaço social, também as relações sociais poderiam ser consideradas, já que a categoria *espaço social* não se superpõe nem se confunde integralmente com a categoria sociedade, como já destaquei concordando com Souza (2009) (CATALÃO, 2011 p. 179).

Na citação acima, Catalão (2011) deixa claro seu ponto de vista, no qual o espacial remete imediatamente ao espaço social, não podendo haver relações sociais fora de um espaço social, defendendo assim ser correto e manter o significado de relações sociais e espaço social na grafia do termo *socioespacial*.

Tendo em vista os argumentos expostos por Catalão (2011) sobre a indiferença de significado devido à grafia do termo, adotamos em nosso trabalho a grafia socioespacial⁶.

A partir das precisões conceituais feitas até aqui, no próximo capítulo traremos informações sobre a formação dos bairros em estudo, objetivando que o leitor possa compreender como se deu o desenvolvimento dos bairros até o que temos hoje, com a infraestrutura presente, quais serviços foram surgindo nos bairros também buscamos a partir de recortes em imagens de satélite e fotografias demonstrar a área de estudo, e alguns pontos que foram enfatizados como localização de alguns serviços dentro do bairro.

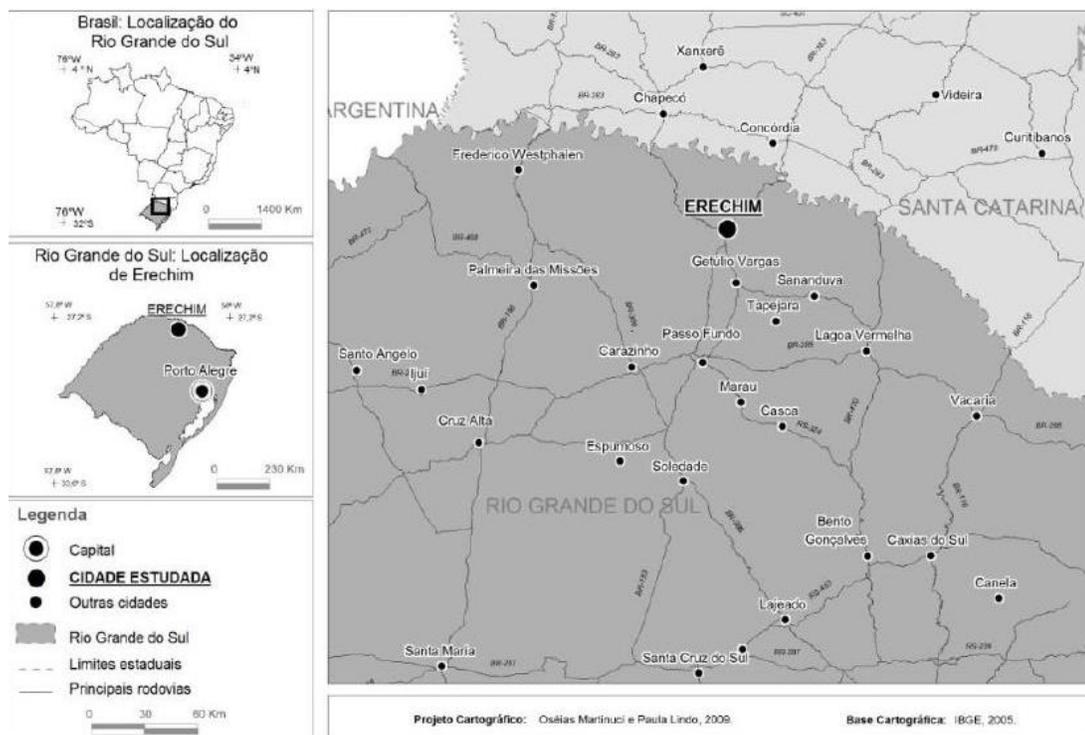
⁶ Aos interessados sobre esta temática procurar o livro “Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial” de Marcelo Lopes de Souza (2013) e ler “Apresentação: socioespacial, sócio – espacial... (Ou sobre os propósitos e o espírito deste livro)”, além de Catalão (2011).

CAPÍTULO 2: PRESIDENTE VARGAS E PROGRESSO: VIVÊNCIAS DIFERENCIADAS

[a cidade é] a tentativa mais consistente do homem e a mais bem sucedida como um todo para refazer o mundo em que vive o mais próximo de seu desejo íntimo. Mas, se a cidade é o mundo que o homem criou, é o mundo no qual ele está doravante condenado a viver. Assim, indiretamente, e sem qualquer clareza da natureza de sua tarefa, fazendo a cidade o homem refez a si mesmo (Robert Park).

Erechim, localiza-se na região norte (Mapa 2) do estado do Rio Grande do Sul e faz parte da microrregião de Erechim. Segundo estimativas do IBGE, sua população contaria com aproximadamente 101.000 mil habitantes no ano de 2013.

Mapa 2 – Erechim: Localização geográfica.



Fonte: Juçara Spinelli. Cadernos de mapas de Erechim 2011.

Como podemos observar no mapa, a cidade encontra-se sob a faixa de

divisa com o estado de Santa Catarina. Em termos infraestruturais e de serviços urbanos a cidade se destaca por ter dois hospitais, um público e um privado, que atendem a pacientes de todo o Alto Uruguai, por abrigar diversas instituições de ensino superior públicas e privadas, pelo polo industrial e por concentrar diversos comércios no centro da cidade, o que acaba gerando preços mais acessíveis em relação aos bairros da cidade e até mesmo das cidades do entorno Erechim também atrai muitas pessoas para trabalhar e/ou para consumir os produtos disponíveis, devido à quantidade de comércios e empresas presentes na cidade.

Para esclarecer quais bairros foram escolhidos na pesquisa empírica, buscamos através de um recorte espaciotemporal – a partir do período em que Erechim é emancipada – contextualizar o desenvolvimento econômico, político e social da cidade e encontrar elementos que possam evidenciar, ao longo deste período, os processos vinculados à produção de desigualdades socioespaciais.

O município de Erechim foi emancipado em 1918 sua criação deu-se a partir de um desvio no traçado da ferrovia feito por Carlos Torres Gonçalves, que passou pelo então povoado de Paiol Grande (atual Erechim) (CASSOL, 1979, p. 29). Quanto à povoação da cidade e região norte como um todo, esta foi habitada inicialmente por diversas etnias, entre as quais nos “livros de registros de entrada de imigrantes correspondente aos anos de 1911 a 1914 encontramos o registro de imigrantes de nacionalidade alemã, austríaca, polaca, russa, italiana, portuguesa, sueca, holandesa e até dois japoneses” (GRITTI, 2013, p. 2). Atualmente a diversidade étnica de Erechim é composta também por negros, mulatos, indígenas e descendentes de italianos, alemães, poloneses, russos, austríacos, portugueses, holandeses e japoneses.

Como sabemos, a diversidade cultural e étnica, presente em Erechim por si só compreende formas diferenciadas de ver o mundo e de se entender enquanto sujeito possuidor de direitos. Nesta perspectiva, quanto à questão

cultural, Souza (2011) ressalta que:

[...] A cultura desempenha um papel crucial na produção do espaço urbano e na projeção da importância de uma cidade para fora de seus limites físicos, assim como o poder. A cidade é um centro de gestão do território não apenas enquanto sede de empresas, mas também enquanto sede do poder religioso e político (SOUZA, 2011, p. 28).

Segundo o autor, a cultura acaba sendo um elemento importante na produção do espaço, em virtude de, em uma mesma cidade, encontrarmos grande diversidade cultural que pode ser observada nas formas de comércio, de festas, dos modos de lazer e diversão, isso porque cada etnia trouxe consigo seus modos de viver, seus conhecimentos e costumes etc.

Mas por que estamos falando sobre a cultura enquanto um elemento que acaba interferindo na produção do espaço urbano? Para poder demonstrar que a produção do espaço é decorrente de diversos fatores, que levam à diferenciação e podem gerar desigualdades, as quais podem ser expressas, por exemplo, pela segregação socioespacial.

Segundo alguns historiadores da cidade, como Cassol (1979), se comparada às demais cidades do entorno, Erechim destaca-se pelo seu alto nível de desenvolvimento econômico, comercial, educacional e industrial desde a década de 1970.

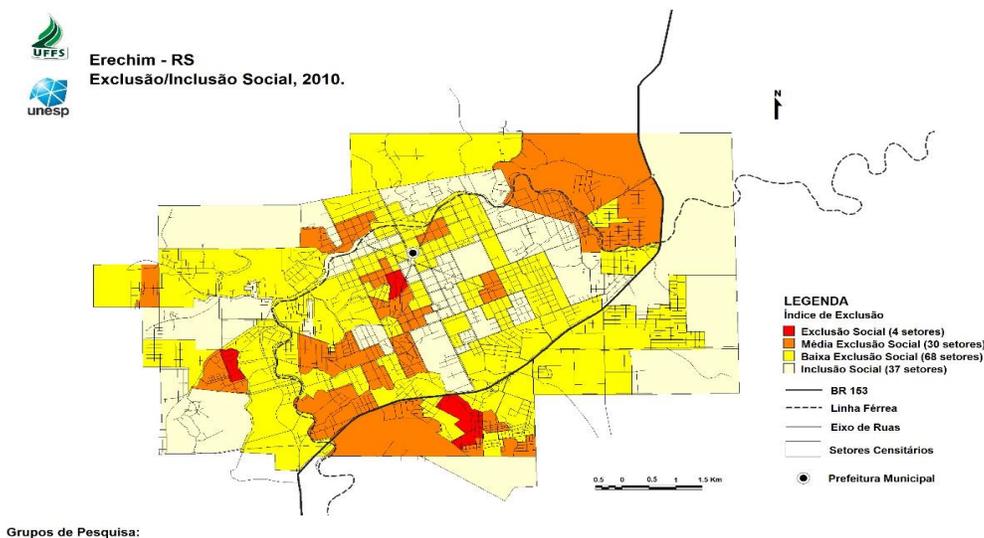
Este desenvolvimento múltiplo da cidade não ocorreu paralelo ao crescimento das cidades do entorno. Pode-se observar no momento em que a cidade começa a ser colonizada que há a vinda de pessoas de diversas etnias que podem ter influenciado para a cidade hoje não apresentar características das populações nativas, mas sim dos grupos étnicos principalmente europeus que colonizaram a parte norte do estado, para melhor entender o exposto, citamos Cassol (1979) o qual traz uma concepção sobre a criação da cidade e os ideais impressos em seu projeto.

A colonização foi pensada com vistas a implantar as bases de uma sociedade ordenada, para que houvesse um progresso material que respeitasse as etapas, o modo de ser e a cultura das populações nativas, os ditos nacionais (caboclos, brasileiros, indígenas, enfim,

populações pouco miscigenadas) (CASSOL,1979, p. 28).

A partir da afirmação de Cassol (1979), é possível entender que a cidade de Erechim foi projetada, porém o que nos questionamos é: para quem ela foi projetada? Para quais agentes sociais? Um elemento importante para o desenvolvimento e a integração na rede urbana da cidade de Erechim foi a construção da BR153, que acabou provocando uma “divisão” na cidade, a qual se diferencia pela renda inicial e conseqüentemente pelos maiores e menores níveis de inclusão e exclusão social no espaço urbano, como observado no mapa 3⁷.

Mapa 3 – Erechim: Exclusão/ Inclusão social, 2010.



Grupo de Pesquisa
CEMESPP
Centro de Estudos e Mapeamento
da Exclusão Social para Políticas Públicas

NETAP
Núcleo de Estudos: Território,
Ambiente e Paisagem

Fonte dos dados: IBGE - Censo Demográfico 2000.
Metodologia desenvolvida pelo Centro de Estudo e Mapeamento da Exclusão Social
para Políticas Públicas (CEMESPP) da FCT/UNESP - Presidente Prudente
Realização: Vitor Augusto Luizari Camacho e Paula Lindo, 2014.

Fonte: Vitor Camacho e Paula Lindo, 2014.

Para entendermos a segregação socioespacial devemos antes compreender de onde surgiram nossas hipóteses para a existência ou não deste processo. Para tanto, utilizamos como base de informações o mapa 3,

⁷ O mapa síntese de Exclusão/Inclusão social está melhor detalhado no Apêndice: Notas metodológicas do trabalho na página 93.

que se refere aos locais onde existe efetiva exclusão, média exclusão e inclusão social na cidade. A partir desta informação, obtivemos conhecimentos suficientes para definir as áreas de estudo, que apresentaremos mais adiante.

Como observado no mapa, os setores censitários com exclusão social em Erechim localizam-se tanto dentro como fora do traçado originalmente projetado da cidade, porém na parte ampliada para além da BR 153 e além da linha férrea localizam-se a maior parte dos setores com índices de exclusão social mais elevados assim como os de média exclusão.

Para melhor explicar ao leitor o que é exclusão social, abordamos a seguir alguns autores que trabalham com esta temática, a qual é relevante para entendermos também como surge a segregação socioespacial, desta maneira citamos Sawaia (2001), a qual aborda a exclusão destacando seu enfoque dialético.

A exclusão é processo complexo e multifacetado uma configuração de dimensões materiais políticas relacionais e subjetivas. É processo sutil e dialético pois só existe em relação à inclusão como parte constitutiva dela [...] é processo que envolve o homem por inteiro e suas relações com os outros. Não tem uma única forma e não é uma falha do sistema devendo ser combatida como algo que perturba a ordem social, ao contrário, ele é, produto do funcionamento do sistema (SAWAIA, 2001, p.9).

A autora entende a exclusão como produto do sistema capitalista e vai além, afirmando ser uma junção de várias dimensões de ordem política, econômica, social cultural etc. Afirma que o próprio sistema inclui para excluir. Por ser multidimensional, não se limita à dimensão econômica, sendo um equívoco associá-la como sinônimo de pobreza.

Seguindo a lógica de falta ou dificuldade de acesso, a exclusão social concebida como processo é defendida por Nunes (2007) enquanto

A ausência de recursos mínimos o acesso precário ou mesmo a falta de acesso a recursos e aos bens de consumo básicos, a falta de acesso à educação, saúde, ao mercado de trabalho, a condições afetivas e subjetivas dignas (NUNES 2007, p.85).

Refletindo sobre as ideias do autor, nota-se a complexidade de fatores que podem provocar a exclusão social, sendo que o principal norteador da questão está na falta de acesso aos recursos que o cidadão venha a precisar.

Neste sentido Lindo (2011) traz uma compreensão mais clara e objetiva sobre o processo de exclusão social

Inclusão/exclusão social é o conceito utilizado para fazer referência a inserção de pessoas, grupos ou segmentos sociais que não têm as mesmas oportunidades dentro da sociedade, por motivos relacionados a condições socioeconômicas, de gênero, cor de pele, socioculturais, falta de acesso a tecnologias, entre outros. Tal inserção deve considerar as condições concretas em relação à existência da exclusão (LINDO, 2011, p. 50).

A autora (2011) trabalha a exclusão a partir da dialética inclusão/exclusão, em que as pessoas podem estar inseridas precariamente, ou seja, sem ter as mesmas oportunidades, e para a autora exclusão não compreende somente a falta de acesso, mas sim a precariedade do acesso, devido a fatores econômicos, de gênero, cor de pele, culturais, a educação, relativos ao nível de educação formal, ao acesso às novas tecnologias etc. Observando por este viés, podemos encontrar um grande contingente de pessoas excluídas em nossa sociedade, e nem precisamos nos referir a grandes metrópoles, pois até mesmo em cidades pequenas encontramos este problema.

Reforçando a complexidade da exclusão social, buscamos em Vieira (2009) outra característica importante que revela a exclusão: a propriedade privada.

[...] a existência da propriedade privada da terra, no caso, do terreno urbano, eleva-o à característica de mercadoria. Ou seja, para possuí-lo é necessário adquiri-lo através do processo de compra e venda, no mercado. Mas, como se sabe, nem todos têm condições de acesso a essa mercadoria dado o seu alto valor unitário frente a outras mercadorias, conforme afirma Rodrigues (1994) [...], assim denota-se que a propriedade privada da terra promove a exclusão social (VIEIRA, 2009 p. 88).

A exclusão social está relacionada intimamente às questões sociais que

podem ocorrer independentemente do espaço em si, diferentemente da segregação socioespacial que está necessariamente vinculada ao espaço.

Retomado a análise do mapa 3, a exclusão social pode ser notada em 4 dos 139 setores censitários⁸ da cidade, juntamente com outros 30 setores que aparecem com índice de média exclusão social. Dos 4 setores de exclusão social, dois localizam-se no bairro Progresso, um no bairro Presidente Vargas e um no bairro São Cristóvão, este último localizado bem próximo ao centro da cidade (ver localização no mapa 3).

Como bem explicito no parágrafo anterior, encontramos 3 bairros com indicadores de exclusão social em Erechim, porém o que nos fez optar pelo bairro Progresso e Presidente Vargas foi o critério distância do centro da cidade.

Ao observarmos a localização do bairro São Cristóvão notamos que este pode apresentar indicadores de exclusão social média ou plena, porém como a segregação socioespacial está relacionada não só a elementos sociais, poderíamos não encontrar indicativos de segregação neste bairro.

Em busca de maiores informações sobre os bairros em estudo, fizemos inúmeras visitas a eles e aplicamos questionários com moradores para poder analisar a quantidade e qualidade dos serviços ofertados para a população ali residente e as formas de deslocamento para outros lugares da cidade, já que os dois bairros ficam para além do traçado planejado da cidade, da mesma maneira que fica além da BR 153 e da linha férrea (conforme pode ser visto no mapa 1). Pudemos, então, perceber o fator distância e a difícil acessibilidade ao centro, à qual os moradores estão submetidos. Para melhor conhecermos os bairros, segue uma tabela com o número de moradias e moradores existentes em cada um dos setores censitários.

⁸ Segundo dados do IBGE (2010), a cidade de Erechim conta com 139 setores em situação urbana 1, definidos segundo a Base de Informações do IBGE como sendo: área urbanizada de Cidade ou Vila, desconsiderando-se assim os setores em situação urbana 2 e 3, que correspondem respectivamente à: área não-urbanizada de cidade ou vila e área urbana isolada.

Tabela 1 - Domicílios e moradores dos bairros Progresso e Presidente Vargas.

Setores de elevada exclusão			Setores de média exclusão		
					
BAIRRO PROGRESSO			BAIRRO PRESIDENTE VARGAS		
Setores censitários	Domicílios	Moradores	Setores censitários	Domicílios	Moradores
430700505000072	201	729	430700505000090	228	790
430700505000073	309	1.054	430700505000091	266	910
430700505000074	266	897	430700505000092	230	691
430700505000075	306	1.036			
TOTAL	1082	3.716	Total	724	2.391

Fonte: Izabela Fagundes 2014. Observação dados extraídos do Universo censitário 2010 – IBGE.

A tabela 1 expressa os números dos setores de cada bairro que apresentam exclusão social plena e média. Nota-se que no bairro Progresso os setores com exclusão social são os que têm o maior número de residências e moradores, porém o bairro Presidente Vargas não apresenta as mesmas características numéricas, apresentando o setor com um índice menos importante de exclusão social.

Após esta breve contextualização sobre os setores censitários, incluindo a quantidade populacional e o número de residências, iremos focar o surgimento dos bairros para saber da história dos mesmos. Utilizamo-nos, para tanto, de fragmentos de falas dos moradores, as quais foram obtidas por meio da aplicação de questionários com perguntas abertas e fechadas, além de

pesquisa bibliográfica.

O bairro Progresso, possui como bem explicitado na tabela 1, cerca de 1.082 domicílios, uma população de 3.716 moradores, está a uma distância de 3,8 km do centro da cidade, se o trajeto for percorrido de transporte urbano o tempo médio de viagem é de 25 min e de carro próprio o tempo de viagem é de 10 min. Este tempo foi obtido segundo o que relataram os moradores e o que foi possível observar a partir do uso do transporte público para visita aos bairros.

Nosso primeiro contato com a história do bairro Progresso ocorreu ao conversarmos com Dirceu Benincá⁹. O mesmo foi presidente da ARCAN e da Obra Santa Marta. Benincá relata que a cidade de Erechim foi planejada dentro da perspectiva positivista, a qual refletiu na estratificação social dos moradores da cidade e que o processo de expansão iniciou por volta de 1970, quando os moradores do bairro denominado atualmente de Bela Vista foram retirados e inseridos no bairro Progresso.

Benincá destaca que o bairro era conhecido como Matadouro por abrigar um matadouro de animais. A localização do bairro, situada fora do traçado inicialmente projetado da cidade, acabou provocando um estigma nas pessoas que ali residiram e ainda residem, as quais relatam ter dificuldade de conseguir emprego ao informar onde moram.

Em sua dissertação de mestrado, Benincá (2006) pondera que:

A invenção do Progresso é uma espécie de paradoxo. Os novos moradores que apareciam da noite para o dia eram oriundos de outros bairros/regiões da cidade, especialmente do mal apelidado 'cachorro sentado', atual bairro Bela Vista, tratava-se de uma área nobre da cidade que sofrera um processo de limpeza urbana pelo poder público, em consonância com o poder imobiliário. [...] um progresso com variáveis opostas às do centro, onde a própria geografia reflete a composição da pirâmide social, os mais marginalizados em baixo e os demais se estratificando para cima. [...] o povoamento intenso do Progresso ocorreu na década de 1970 a par do grande êxodo rural (BENINCÁ, 2006, p. 54).

⁹Ocorrida no dia 24 de maio de 2014, às 13h30 nas dependências da Universidade Federal da Fronteira Sul, *Campus* Erechim. Benincá atuou como coordenador administrativo do *campus*.

O autor expressa, portanto, a forma como a sociedade se organiza e destaca a atuação do poder público, que em benefício de uns acaba tomando decisões que reconfiguram a paisagem urbana, transformando áreas da cidade que abrigavam grupos sociais pobres economicamente em áreas residenciais de segmento médio. Foi o que aconteceu com o bairro Bela Vista e os moradores que ali residiam inicialmente.

Desta maneira, Joana¹⁰, relata que o bairro foi criado pelo então prefeito, Zanella, e lembra que, quando foram morar ali, a pobreza era extrema, havia 5 casas, a infraestrutura das casas não contava com água encanada, energia elétrica, rede de esgoto, o bairro não dispunha de calçamento, assistência social, linhas de ônibus, não tinha ponte para que as pessoas pudessem acessar o restante da cidade, mas apenas uma ‘pinguela¹¹’, para atravessar o rio tigre e chegar aos outros bairros e ao centro.

Do relato supraexposto, pode-se perceber que as pessoas que ali residiram inicialmente estavam em uma situação de abandono social bastante elevada, que pode ser observada pela fala da moradora ao enfatizar a falta de vários serviços públicos necessários à vida na cidade.

Convergindo com o que nos relatou Joana, Ana relembra que a maioria dos moradores do bairro vieram da zona rural do município ou do bairro atual Bela Vista. Eles foram transferidos de um para outro lugar da cidade por meio do programa de erradicação de subhabitação¹² (PROMORAR), que é uma iniciativa do governo federal e municipal. Quanto ao crescimento do bairro, a mesma destaca que muitas pessoas vieram da zona rural para a cidade em busca de melhores condições de vida, pois não conseguiam se manter no campo devido a uma crise na agricultura na década de 1980 e pela falta de

¹⁰ Destacamos que, por questões de preservação da identidade dos moradores questionados, não iremos divulgar seus nomes verdadeiros. Os nomes que aparecem são fictícios.

¹¹ Passagem precária sobre um pequeno rio, que pode ser feita com qualquer material que permita a passagem de pessoas sobre ele.

¹² O Programa de erradicação de sub-habitação criado em 1979, visava a melhoria das habitações populares em favelas tendo como meta erradicar as habitações insalubres sem, no entanto, remover os moradores do local. Mais informações podem ser obtidas em Políticas Públicas e Habitação Popular: continuidade e ruptura 1979 – 1988. André Marcus de Melo (1989, p. 3).

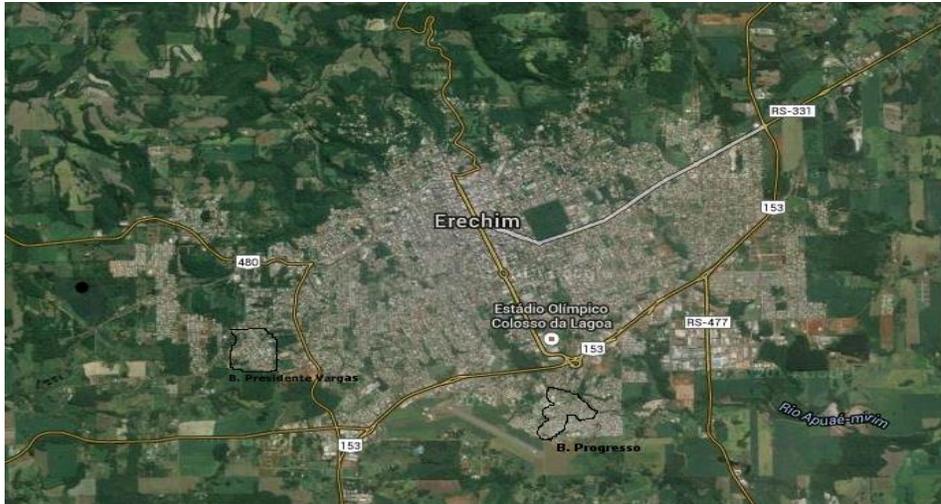
incentivos do governo para com os agricultores os mesmos encontravam a solução na busca por trabalho em empresas da cidade. Ana relata ainda que sua família veio morar no bairro Progresso depois de ter sido retirada do bairro Bela Vista, neste último bairro citado só havia casinhas de madeira cobertas com tábuas, sem estrutura nenhuma. No início, ela não aceitou muito bem a ideia de ir morar no Progresso, porque era longe de tudo, mas, por outro lado, relembra que a sua nova casa tinha banheiro e não chovia dentro, sendo, portanto, melhor que a casa anterior. A mesma destaca que, no início, o bairro não era tão violento, diferente de hoje em dia, quando “a segurança é o que mais falta” nas palavras dela. Em casos de ocorrência policial, Ana afirma que o atendimento é muito demorado e por vezes a polícia não atende aos chamados corridos no bairro.

A partir do relato de Ana, notamos que, por mais que vivessem em condições precárias no bairro Vela Vista, mas em um lugar próximo dos serviços, as pessoas que ali moravam preferiam isto a ir para um lugar sem infraestrutura alguma, sem saber quem seriam seus novos vizinhos e quais as novas dificuldades a serem superadas no novo bairro.

Com base nestes relatos, pode-se previamente afirmar que, naquele momento, os moradores realocados para o bairro Progresso sofreram segregação socioespacial pelo fato de saírem obrigados de um ponto da cidade que passou por processo de melhorias da infraestrutura, ou seja padronização das casas e aumento dos imóveis e do valor do IPTU, demonstrando assim o processo de revitalização de parte da cidade. Os moradores que tiveram que sair do bairro Bela Vista, além do processo de realocação, sofreram um processo de confinamento no novo bairro, já que os mesmos se encontraram sem acesso fácil a transporte público, a serviços em geral, a comércios, bancos, hospitais, postos de saúde, áreas de lazer e aos respectivos empregos.

Atualmente, como poderemos analisar a partir de uma imagem de satélite do Google Maps e de fotografias, a realidade do bairro, embora tenha mudado em relação ao que foi relatado pelos moradores quando do início de sua ocupação, ainda apresenta inúmeras dificuldades.

Imagem 1 – Cidade de Erechim, delimitação dos bairros Progresso e Presidente Vargas.



Fonte: *Google maps* 2014, adaptado pela autora 2014.

Imagem 2 - Recorte espacial do bairro Progresso.



Fonte: *Google Maps* 2014. Adaptado pela autora.

O bairro Progresso que na imagem de satélite foi enfatizado através de um pontilhado vermelho e os pontos sinalizados, ou seja, a escola municipal, o campo esportivo, a obra santa Marta e a ARCAN, são os únicos elementos que

podem ser utilizados pela população sem ter que se deslocarem a outros bairros.

O bairro não possui áreas de convívio social. O Centro de Artes e Esportes Unificado – CEU¹³, sinalizado na imagem 2, localiza-se no bairro Cristo Rei, porém, fazem uso do espaço, entre outros, os moradores dos bairros Cristo Rei, Progresso, Loteamento Poletto e Petit Village. A Obra Santa Marta atende a população do Bairro Progresso e dos bairros vizinhos, atuando na promoção de cursos de pintura, culinária, economia doméstica, aulas de inglês, informática, entre outros.

A ARCAN – Associação de Recicladores Cidadãos Amigos da Natureza emprega em torno de 30 pessoas que trabalham na reciclagem de lixo seco. Estas considerações podem ser observadas nas fotografias e no mapa já mencionado.

Na fotografia 2, a seguir, podemos observar as atuais condições infraestruturais do bairro Progresso, por exemplo a falta de acessibilidade nas paradas de ônibus, nos passeios públicos, a falta de coleta de lixo e limpeza das ruas.

¹³ CEU – Centro de Artes e Esportes Unificado foi criado para atender a população dos bairros Progresso, Cristo Rei e dos loteamentos Poletto, Petit Village, São José e demais bairros próximos, o centro possui quadra poliesportiva, sala de informática e biblioteca, e também tem um espaço utilizado pelo CRAS do bairro Progresso.

Fotografia 2- Bairro Progresso.



Fonte: Paulo José dos Santos – Julho 2014.

A fotografia 3 a seguir, foi selecionada para que os leitores pudessem ter uma visão mais próxima da área onde localiza-se o campo de futebol, que no momento não possui infraestrutura adequada para que as pessoas possam usufruir do espaço por exemplo, nota-se, que carros utilizam o espaço para estacionamento, além de ser usado como espaço para colocar os resíduos domésticos.

Fotografia 3 – Campo da Sociedade Vicente de Paula



Fonte: Paulo José dos Santos – Julho 2014

Bairro Presidente Vargas

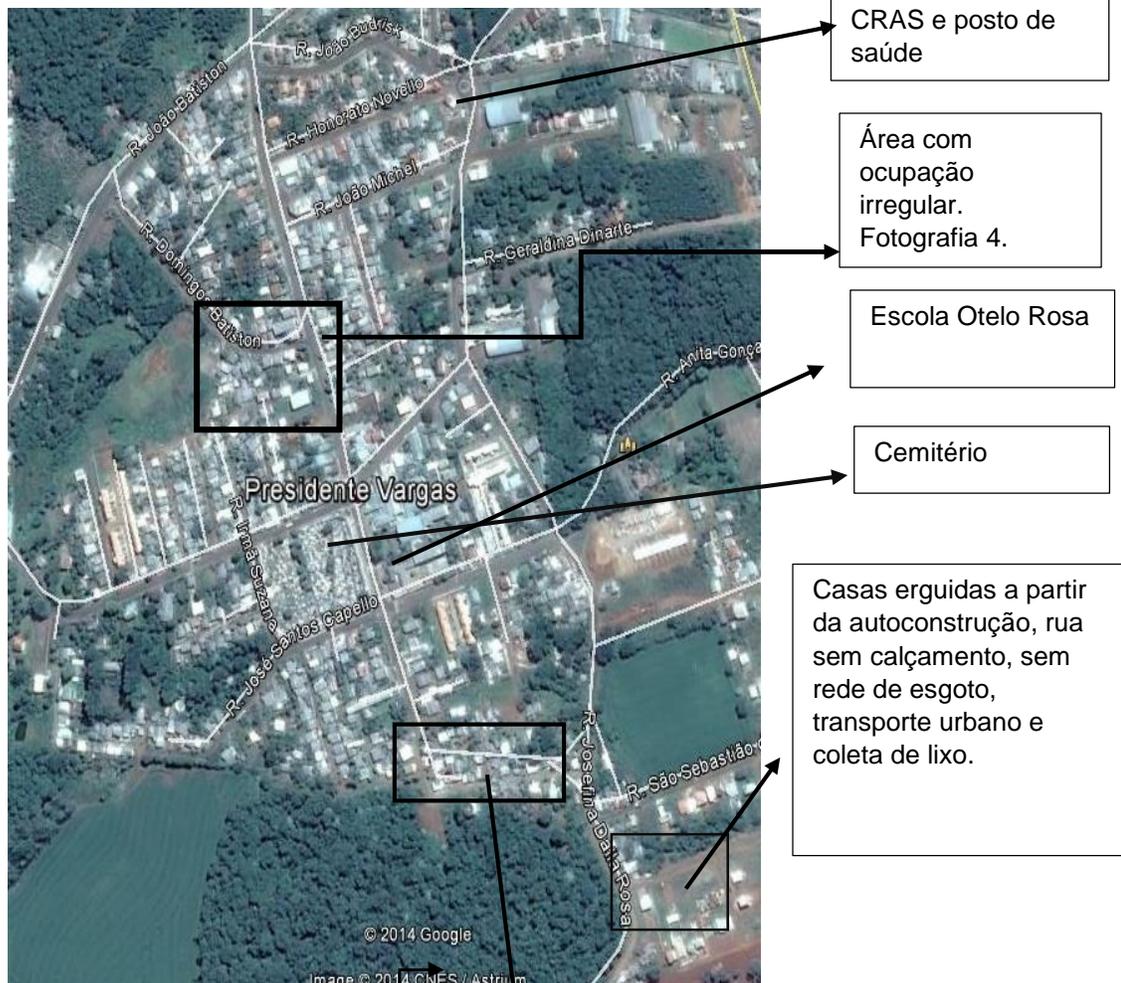
O bairro Presidente Vargas possui 2.391 moradores e 724 domicílios segundo o IBGE (2010), localiza-se a uma distância de 4,4 km por vias de acesso, porém o tempo médio de viagem do bairro até o centro da cidade é de 40 minutos no transporte público, tempo vivenciado ao percorrer o trajeto do centro até o bairro no momento da pesquisa de campo. Entretanto, leva-se de 15 a 20 minutos para se percorrer o mesmo trajeto de carro.

A história do bairro foi relatada por Marcos, comerciante e filho de um dos primeiros moradores que chegaram por volta de 1970. Ele relembra que o local contava com umas 15 a 20 famílias. Quanto à infraestrutura, não havia calçamento, rede de esgoto e energia elétrica. Havia apenas uma rua, sendo o resto das vias pequenas trilhas no meio do mato. O mesmo relembra que há 40 anos surgiu o primeiro comércio do bairro, então conhecido por bairro Floresta, que, segundo Marcos, recebia esse nome em função da quantidade de árvores que havia ao redor das primeiras casas. Só quando o bairro aumenta a sua população é que começa a ser chamado de Presidente Vargas, quando mais pessoas começaram a vir morar ali, especialmente por meio de ocupações irregulares. O mesmo atuou na associação de moradores do bairro por quatro anos e, sempre que possível, ajudava os moradores irregulares a encaminhar o pedido de regularização dos lotes e obtenção da escritura Marcos destaca, porém, que mesmo assim grande parte dos moradores atualmente não tem seus terrenos regularizados e a prefeitura com frequência lhes cobra a devolução dos lotes.

Para melhor explicitar o relato do morador e o que foi observado durante os trabalhos de campo realizados no bairro para aplicação dos questionários, segue uma imagem de satélite, retirada do aplicativo *Google Earth*, do bairro Presidente Vargas, com indicações de onde estão localizadas as moradias irregulares, a escola do bairro, o cemitério, o Centro de Referência de

Assistência Social (CRAS) e o posto de saúde, além de duas fotografias demonstrando a realidade destes locais.

Imagem 3 - Vista de Satélite do bairro Presidente Vargas



Fonte: Google Earth, 2014. Adaptado pela autora.



Fonte: Google Earth 2014.

Fotografia 4 – Ruas e moradias no bairro Presidente Vargas



Fonte: Izabela Fagundes, 2014.

Como podemos observar nas fotografias 4-a e 4-b, há falta de calçamento e onde este existe se encontra deteriorado. Não existe passeio em um lado da rua e onde existe está em tamanho inadequado. Na fotografia 4-b, a ênfase está no imóvel, que se encontra em área irregular. Alguns entrevistados do local afirmam já terem realizado o cadastro para participar do sorteio das casas da prefeitura no programa Minha Casa Minha Vida, mas até o momento não receberam retorno. Ressaltamos que, na rua da fotografia 4-b, existem entre 40 a 50 moradias nesta situação: casas de madeira, feitas a partir da autoconstrução, sem rede de esgoto, sem calçamento e passeio nas ruas, sem coleta de lixo, apenas com energia elétrica e ligação à rede de água, que muitas vezes não funcionam direito.

Maria relata que, como não têm coleta de lixo na rua que reside, os moradores acabam jogando o lixo em um terreno baldio próximo, conforme apresentado na fotografia 5.

Fotografia 5 – Terreno baldio, lixo, bairro Presidente Vargas



Fonte: Izabela Fagundes, 2014.

Considerando o relato de todos os moradores que foram aplicados questionários, as imagens do Google Earth e as fotografias do bairro, buscamos em Carlos (2009) uma explicação para os elementos que foram sendo destacados.

O principal elemento que salta aos olhos quando paramos para observar a cidade é a heterogeneidade entre os modos de vida, formas de morar, uso dos terrenos da cidade por várias atividades econômicas. Os contrastes podem chocar. Por outro lado, a favela – nos terrenos onde não vigora a propriedade privada da terra, portanto terrenos públicos ou em litígio; a autoconstrução – em bairros periféricos e afastados geralmente, sem infraestrutura. De outro os apartamentos da classe média e os de alto padrão com áreas de 1.000 m², e os sobrados, as mansões em ruas arborizadas pontilhadas por guaritas com guardas uniformizados (CARLOS, 2009, p. 22).

Como ressaltado na citação, também em Erechim os contrastes da cidade apresentam-se nitidamente para quem percorre o trajeto do bairro para o centro. Saindo de uma situação de autoconstruções e precariedades presentes em diversos locais, deparamo-nos com uma extensão de concreto que se alinha nas avenidas centrais Sete de Setembro e Maurício Cardoso, formada pelos prédios residenciais e comerciais ali presentes e muitos em construção, confirmando as heterogeneidades no espaço urbano. Para mais

detalhes, observamos a fotografia a seguir, que apresenta a visão, a partir do extremo leste do bairro Presidente Vargas, do centro da cidade.

Fotografia 6 – Vista do centro da cidade do ponto de vista de uma parte alta do bairro Presidente Vargas



Fonte: Izabela Fagundes, 2014.

Mariana, com quem conversamos, residente em área irregular ocupada do bairro, afirma que quando foi morar ali não tinha água encanada, luz e nem esgoto, isso há mais ou menos 16 ou 17 anos. Segundo ela, quem morava no morro (evidenciado na imagem 3) usava a água do riacho que percorre o mato para lavar roupa e tomar banho. A mesma relembra que próximo a sua casa havia somente mata e foi por esta época que a maioria dos moradores começaram a se apropriar do local onde residem. Desde então, as precariedades citadas por Mariana subsistem atualmente.

Do relato, observamos que, mesmo sendo pouco tempo de residência no local, se comparado ao início do bairro nos anos 1970, os problemas de infraestrutura básica permanecem pelo tempo e espaço. Desta maneira, retomamos as ideias de Carlos (2009), que afirma que:

A forma é a aparência, é o mundo da manifestação do fenômeno. Permite a constatação da existência do fenômeno, ao mesmo tempo em que é representação das relações sociais reais. Não é, apenas e tão somente, produto da história, na medida em que a aparência reproduz a história. A paisagem urbana, enquanto forma de manifestação do espaço urbano, reproduz num momento vários momentos da história (CARLOS, 2009, p. 24).

Se, portanto, a forma demonstra a aparência, esta é um retrato do espaço onde alguns agentes sociais vivem, expressão do que aconteceu e do que acontece em determinado local da cidade, o que nos possibilita compreender o espaço analisado como produto de uma ação que se reproduz no tempo, que é a manifestação da urbanização mais sofisticada presente nas áreas centrais da cidade e a consequente expulsão de agentes sociais sem condições econômicas para loteamentos sociais e áreas públicas nos bairros mais afastados.

Para finalizar esta parte sobre o surgimento e crescimento do bairro Presidente Vargas, trouxemos um último relato, no qual Josefa relembra que todos os seus vizinhos e conhecidos do bairro vieram para o local porque precisavam de um lugar para morar e pelo qual conseguissem pagar. Todos batalharam, segundo ela, para construir suas casas com a ajuda de amigos e vizinhos e alguns conseguiram construir as casas de alvenaria pelo programa PROMORAR. Atualmente, quase todos têm a escritura do terreno e a moradora relembra que eles se sentiram obrigados a ocupar o local por não terem outra alternativa de moradia na cidade, em função da renda que não permitia adquirir um imóvel ou manter-se mais próximo do centro da cidade em função da supervalorização das áreas mais próximas do centro e o centro da cidade. A mesma aproveita para enfatizar os laços de amizade entre os vizinhos, pois todos se ajudaram no início da criação do bairro, quando havia cerca de 15 a 20 famílias, oriundas de diversos locais, alguns de outros bairros da cidade, como a Cohab Aldo Arioli, de onde ela própria veio.

A esse respeito, Arantes (2007) afirma que:

[as cidades começaram elas mesmas a ser geridas como mercadorias, e o solo passa a ser o novo nome para a natureza porém esta tese] em questão [...] é [...] uma explicitação da contradição recorrente entre o valor de uso que o lugar representa para os seus habitantes e o valor de troca com que ele se apresenta para aqueles interessados em extrair dele um benefício econômico qualquer, [...]. A forma da cidade é determinada pelas diferentes configurações deste conflito (ARANTES, 2007, p. 26).

Inspirando-se nesta afirmativa, se observarmos o relato de Josefa, podemos compreender o que significou para as pessoas que ali tiveram que

residir e se apropriar desta área da cidade devido à falta de condições em permanecer em outros bairros, contrapondo-se desta maneira aos interesses do poder público, de certa forma, pois como esta área até então era pouco valorizada na cidade, eles conseguiram implantar os loteamentos sociais sem precisar realocar os moradores que ali se encontravam irregulares.

Depoimentos como os transcritos neste capítulo nos fornecem elementos que nos auxiliam a compreender como os bairros analisados nesta pesquisa foram surgindo e quais as peculiaridades em que foram criados.

Após esta breve contextualização dos bairros e da cidade de Erechim, no próximo capítulo, serão apresentadas as informações e análises finais dos questionários aplicados relacionando –os com a discussão teórica realizada no capítulo I, a fim de comprovarmos ou não se existe segregação socioespacial nos bairros de estudo.

CAPÍTULO 3: SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL: UMA ANÁLISE ENTRE OUTRAS POSSÍVEIS.

A dinâmica da cultura depende de crenças, convicções e comportamentos que são adquiridos. O estudo dos processos por meio dos quais a cultura é transmitida implica que nos interessemos, antes de tudo, pelas relações individuais (CLAVAL, 2002, p.145)

Neste capítulo, iremos demonstrar com mais detalhes, os resultados da pesquisa realizada nos bairros Progresso e Presidente Vargas, localizados na cidade de Erechim, a qual teve por intuito identificar aspectos que nos ajudassem a responder o questionamento inicial sobre a possibilidade ou não de falarmos em segregação socioespacial nesses bairros.

Na pesquisa empírica, aplicamos um total de 41 questionários, cujas perguntas estão inseridas nas notas metodológicas no final do trabalho. O número de entrevistados foi dividido em 21 questionários no bairro Progresso e 20 no bairro Presidente Vargas. Também aplicamos questionários em duas secretarias do poder público, o primeiro junto ao secretário de obras e habitação e o segundo junto à secretária da cidadania. Buscamos a partir disto compreender a atuação e a visão destes segmentos públicos sobre os locais estudados.

Os critérios de análise escolhidos para verificar a existência ou não de segregação socioespacial foram definidos a partir das ideias de Villaça (2003), Lefebvre (2001), Souza (2001), Silva (2008), Carlos (2009), (2011) entre outros que sintetizamos da seguinte maneira:

- Local de moradia: levamos em conta a situação geográfica das casas, a infraestrutura do bairro e, por fim, a história de sua criação.

- Formas de acesso a serviços públicos, emprego e benefícios: buscamos analisar onde a maioria dos moradores questionados trabalham, se não trabalham e por que não o fazem, se participam de programas sociais criados pela esfera municipal ou federal e quais são os benefícios usufruídos.

- Uso e disponibilidade do transporte público, mobilidade: neste item buscamos compreender qual a relação dos moradores com os demais espaços da cidade, se circulam por todos os locais, com que frequência e para desenvolver quais atividades.

- Presença e uso de áreas de lazer, parques, salões comunitários: pretendemos saber qual a disponibilidade de áreas de lazer acessíveis aos moradores e com que frequência utilizam estes espaços, se veem como importante ter momentos de lazer e distração.

A partir das descrições acima, iremos explicitar nossas impressões e análises sobre os bairros. Iniciamos com o bairro Progresso, quanto ao primeiro critério, local de moradia. Foi possível observar que as casas em sua maioria apresentam um padrão semelhante, ou seja, relativamente pequenas, umas próximas às outras, notamos também que muitas foram feitas a partir da autoconstrução, estão inacabadas, algumas com partes em alvenaria e outras em madeira e, ao observar os lotes, notamos que as casas não possuem espaços para fazer jardinagem ou lazer. E o tamanho das residências também não é grande, ou seja, as pessoas não têm espaço nem dentro, nem fora de suas casas, caso desejem, por exemplo, realizar uma reunião de amigos ou com a própria família. Mesmo que essa prática não seja intrínseca à vida de todas as pessoas, quando não temos espaço em nossas casas para recepcionar amigos ou familiares, isso pode contribuir para o isolamento que impossibilita vivenciar alguns momentos que muitas vezes se gostaria de dividir com outras pessoas.

Ou seja, refere-se a necessidades sociais que segundo Lefebvre (2001), seriam

As necessidades sociais[...] compreendem a necessidade de segurança e a de abertura, a necessidade de certeza e a necessidade de aventura, a da organização do trabalho[...]. O ser humano tem [...] necessidade de ver, de ouvir, de tocar, de degustar e a necessidade de reunir essas percepções num mundo. A essas necessidades antropológicas socialmente elaboradas[...] acrescentam-se

necessidades específicas, que não satisfazem os equipamentos comerciais e culturais [...] trata-se da necessidade de uma atividade criadora, de obra, necessidades de informação, de simbolismo, de imaginário, de atividades lúdicas (LEFEBVRE 2001, p. 105)

O autor expõe um pouco das necessidades do ser humano, das suas vontades que não podem ser adquiridas em lojas, supermercados, entretanto, necessidade de viver, de sentir de usufruir de espaços de lugares sentimentos e sabores, algo que se aproxima com o simples desejo exposto em, por exemplo, ter momentos com convívio social, como alguns moradores do bairro Progresso comentaram.

Para o critério formas de acesso a serviços públicos e trabalho, constatamos que a maioria dos moradores com que conversamos eram mulheres donas do lar que em muitos casos, não possuem trabalhos formais ou fixos e os demais integrantes da família que trabalham regularmente envolvem-se em serviços de pouca qualificação, como auxiliar de pedreiros, tarefas diversas em indústrias, supermercados, entre outros, serviços estes que se observarmos não proporcionam ao chefe de família salários compatíveis com as despesas da casa e filhos, obtendo médias salariais de um salário mínimo nacional ou pouco mais, valor que nem sempre possibilita à família ter momentos de lazer fora do bairro, por exemplo, fazer uma viagem, mesmo que seja breve, etc. Estes elementos acabam influenciando no circuito destas pessoas pela cidade, quais os lugares irão frequentar e assim por diante. Portanto, a questão econômica, como exposto pelos autores que abordam o conceito de segregação socioespacial, indicados no capítulo 1, é um elemento provocador deste processo.

Para os moradores do bairro Progresso, o uso e disponibilidade do transporte público, ou seja, a mobilidade pelo espaço urbano restringe-se à existência de linhas frequentes de ônibus no bairro, pois como nem todos possuem carro e os que possuem muitas vezes utilizam para o trabalho – como é o caso, por exemplo, de quem trabalha como pedreiro –, os demais integrantes da família dependem do transporte público, porém este possui um

fluxo de horários voltados ao atendimento dos serviços que são oferecidos em horário comercial, voltados especialmente ao transporte dos trabalhadores. Isto significa que quem estuda ou gostaria de passear a noite e finais de semana tem que se adequar aos horários do transporte existentes ou buscar outros meios para se locomover pela cidade ou então ficar pelo próprio bairro.

No caso do bairro progresso, por mais que não esteja localizado relativamente distante centro da cidade assim como outros bairros e loteamentos sociais, a barreira imposta pela BR 153, acaba impedindo que as pessoas circulem mais facilmente entre o bairro e o centro, pois além da rodovia o bairro encontra-se geograficamente em uma declividade do relevo e não é visto por quem está circulando pelas ruas do centro ou pela própria rodovia, colocando o bairro, neste caso, numa situação aparente de isolamento não voluntário.

A construção da BR 153 ocorreu por volta dos anos 1969-1970. Anos depois ocorreu mais intensivamente o processo de realocação dos moradores do bairro Cachorro Sentado (atual Bela Vista) para o atual bairro Progresso. Como se sabe, as rodovias servem, sobretudo, para transportes de cargas grandes e deslocamentos na rede urbana, ou seja, uma via com grandes fluxos onde os veículos circulam em velocidades altas. Desta maneira, fica muito difícil de cruzar a rodovia a pé, muitas vezes com compras, com filhos, etc. A BR acabou sendo uma linha isolante do bairro Progresso desde a mencionada época e atualmente dos demais bairros e loteamentos sociais que foram surgindo. Talvez pode-se pensar que para os gestores públicos da época de implantação do bairro Progresso, isso tenha sido intencional, ou seja, o local escolhido para reinserir as pessoas de baixa renda foi definido para que a declividade do terreno e a BR dificultassem a saída destes moradores do bairro para os antigos locais de moradia. Como podemos observar na fotografia 7.

Fotografia 7 Vista da BR 153 e centro da cidade



Fonte: Izabela Fagundes, 2014

As áreas de lazer do bairro se resumem a um campo de futebol inacabado que serve de estacionamento, o Centro de Artes e Esportes Unificados-CEU, o qual é um complexo esportivo e educativo, composto por biblioteca, sala de informática, sala de vídeo e quadra poliesportiva, além de abrigar o CRAS do bairro Progresso está situado no bairro vizinho, Cristo Rei mas que todas as mídias comentam estar no bairro Progresso.

Após a caracterização e avaliação dos critérios escolhidos, realizaremos a análise das respostas dos moradores, para tal, iniciamos com o critério moradia no bairro Progresso, apenas como informação ao leitor, algumas perguntas feitas aos moradores não serão detalhadas devido a sua menor relevância para a análise do processo de segregação.

Ter um lugar para morar é algo imprescindível para todos os seres humanos, assim como alimentar-se, e vestir-se. Estas tarefas são diárias, todos os dias precisamos ter um teto sob o qual dormir, para nos proteger do frio, da chuva, do calor etc. porém onde um ou outro agente social irá morar dentro de uma cidade nem sempre condiz com a sua própria vontade. Como se sabe, os detentores do poder escolhem as melhores áreas para residir, construir prédios, instalações comerciais e o que resta então, aos mais desfavorecidos, são áreas

muitas vezes inadequadas para a moradia. Corrêa (1989, p. 63) destaca a existência de “um diferencial espacial na localização de residências vistas em termos de conforto e qualidade”. Esta diferença pode ser notada pelo preço da terra que muda conforme a acessibilidade e as amenidades do terreno, sendo que aqueles com maior valor serão utilizados para construções de maior valor, enquanto que os terrenos mais acessíveis servirão para construções de baixa qualidade em muitos casos com infraestrutura precária para servirem de moradia aos que têm menor renda.

Referindo-se a infraestrutura dos bairros, dialogamos com o secretário de Obras e Habitação de Erechim¹⁴, o qual relatou que a função da secretaria nos bairros volta-se para a manutenção das vias, pavimentação, fornecimento de material para construção de moradias, e ressaltou que atualmente os bairros em questão se encontram em boas condições se comparados por exemplo a situação de alguns loteamentos que, segundo ele têm muito menos infraestrutura, estão mais distantes não tem transporte público, etc. Porém ao analisarmos os relatos dos moradores tanto sobre a questão das moradias quanto das vias e transporte coletivo veremos uma outra realidade.

Embora a resposta do secretário seja de que há manutenção das vias também nos bairros de estudo, ao dialogarmos com os moradores e realizarmos um campo pelo bairro notamos que a única via que está conservada, é a principal que atravessa o bairro pois as demais encontram-se em péssimas condições ruas sem calçamento algum como anteriormente descrito, esta questão é apenas uma de tantas outras que os moradores enfatizaram em suas respostas.

O bairro Progresso teve uma intensificação de povoamento por volta dos anos 1970-80, período em que o Brasil passava por uma crise do setor

¹⁴ Jorge Valdair Psidonik é o atual secretário de Obras e Habitação de Erechim (2013 - 2016), o mesmo é graduado em História pela Universidade Integrada do Rio Grande do Sul –URI. Conversamos com o secretario no dia 03/06/2014 no seu próprio gabinete.

primário, e foi o que motivou muitos agricultores de diversos municípios do Alto Uruguai a buscarem empregos em cidades como forma de sobrevivência.¹⁵

Ao questionar os moradores sobre a história de criação do bairro, os relatos se assemelharam, pois todos que responderam a esta questão, de uma forma ou outra, lembraram pontos comuns. Segundo Cristina, o bairro inicialmente se chamava Matadouro e a única casa coberta de telha era a sua e a de um vizinho. O restante das moradias era construído e coberto com tabuão, não tinham água encanada, para fazer a higiene pessoal e das roupas utilizavam o rio Tigre que passa na margem do bairro.

Segundo a moradora, tiveram que sair do local onde residiam porque a cidade começou a crescer e os que residiam nos arredores do parque Longines Malinowski começaram a ser retirados e transferidos para o bairro Progresso. No início, segundo ela, era um total de 30 famílias que não tinham condições de pagar aluguel em outro lugar, então a única saída no momento foi aceitar a remoção.

Carmem relata que a infraestrutura do bairro há 30 anos era bastante precária, não tinha calçamento, posto de saúde, nem escola. Entretanto, agora o bairro possui iluminação e posto de saúde que conta com consultório dentário. Segundo a moradora, o bairro era conhecido como Matadouro, pois a única construção que havia no local era o matadouro de animais e o potreiro onde eles ficavam, além de uma extensa mata de araucárias.

Marlene conta-nos que boa parte dos moradores do bairro veio não só da zona rural de Erechim, mas de outros municípios do entorno, assim como alguns foram retirados de outros locais da cidade pelo programa PROMORAR da prefeitura. Segundo a moradora, no campo, a vida estava muito difícil, não tinham condições de se manter devido a uma crise na agricultura e sem o auxílio

¹⁵ Conforme relata Dirceu Benincá(2006).

do governo encontraram saída na cidade buscando trabalho em empresas e servindo como mão de obra barata.

Deste modo, Sposito (1988) defende que:

O acesso a uma moradia decente não depende de se dar tempo para a construção de mais casas, mas de se poder pagar por elas. Alguns podem fazê-lo; para a maioria isto se apresenta como um problema. A possibilidade de acesso à moradia, por exemplo, está subordinada ao nível salarial. [...] De fato, nós sabemos que o trabalhador que recebe o piso salarial nacional, não consegue sequer alimentar devidamente sua família, o que dizer de ter acesso a uma moradia, pela compra ou aluguel do imóvel (SPOSITO, 1988, p.73)

Convergindo com os relatos supraexpostos, Sposito aponta a importância da moradia e como não é tão fácil adquiri-la. No caso de Erechim, os últimos anos foram marcados por aumento nos valores de terrenos e imóveis. Isto demonstra como, para quem vive em áreas irregulares da cidade ou não tem condições de pagar um aluguel ou adquirir um imóvel, quem residia em locais mais próximos ao centro da cidade se viu obrigado a sair por diversos motivos, entre eles a falta de recursos financeiros, seja para se manter no campo ou para adquirir o terreno e construir uma moradia digna onde residiam inicialmente.

Ao analisarmos os relatos dos moradores, observamos que no início do bairro ocorreu o processo de segregação socioespacial, no momento em que as lideranças políticas retiraram diversas famílias da parte central da cidade para que se pudesse modificar a função da área e atrair moradores de classe média alta. Estava-se buscando uma homogeneização das áreas centrais e, ao mesmo tempo, reunindo pessoas do mesmo nível econômico em um bairro localizado geograficamente em uma área de declividade, que está fora do alcance da visão de quem circula pela área central e pelos bairros mais antigos.

Fotografia 8 – Entrada do bairro Progresso



Fonte: Paulo José dos Santos – julho/2014

A partir dos recortes das imagens de satélite podemos observar diversos elementos que diferem em um e outro ponto da cidade, por exemplo os telhados das casas, as construções nos dois locais da cidade e o padrão das quadras, as quais são muito maiores no centro e bem arborizadas, enquanto que no recorte feito no bairro Progresso nota-se um emaranhado de casas com telhados pequenos, indicando residências menores que as do centro. Também não é possível observar um espaço entre as moradias no bairro assim como fica salientado na fotografia 8. Podemos então deduzir que desde que foram realocadas muitas famílias não conseguiram melhorar as condições de habitação no bairro e a área central de onde foram retirados a anos atrás atualmente apresenta-se com um padrão de casas de classe média e alta.

Novamente buscamos em Sposito (1988) ideias que complementam nossa análise do bairro Progresso. A autora questiona a questão da coleta de lixo e rede de esgoto por que em alguns locais da cidade existem e em outros não.

Estes problemas poderiam ser amenizados ainda que os salários não fossem altos, porque a solução deles não precisava passar pela compra individual de um caminhão de lixo para recolher o lixo da minha porta, ou pelo pagamento também individual dos custos de abertura de canaletas para implantar o esgoto no meu bairro, ou pela aquisição de um veículo para cada membro da família — o que o

trânsito da cidade nem suportaria. Estes bens e serviços são coletivos e devem ser implantados pelo Estado, que numa economia dependente não dispõe de recursos para todas estas necessidades — muito embora alguns como a Índia e o Brasil, apliquem enormes verbas para o desenvolvimento nuclear (SPOSITO 1988, p. 74).

A autora enfatiza que talvez estes problemas de coleta de lixo, esgoto transporte público etc. sejam apenas questões de reorganização do uso da economia do Estado, isto é, se talvez os investimentos fossem melhor distribuídos todos teriam acesso a estes e outros serviços básicos e de direito dos cidadãos. Após esta breve contextualização sobre a presença ou não destes serviços, aplicamos uma questão aos moradores que envolve este tipo de análise.

Para a questão como é a oferta de serviço público, incluindo esgoto, água encanada, energia elétrica, pavimentação, arborização e coleta de lixo, as respostas obtidas concentraram-se na afirmativa de que existem todos os serviços, porém quanto à qualidade boa parte deles deixa a desejar, especialmente a pavimentação, a rede de esgoto, a arborização e a coleta de lixo. As respostas mais repetidas voltam-se para a falta de segurança no bairro e a precária coleta de lixo. Pode-se observar, contudo, que muitos moradores estão satisfeitos com os serviços, pois, ao realizarem um comparativo com o início do bairro por volta de 1970-1980, percebem que quem morava ali estava completamente desassistido e relata que não havia calçamento, energia elétrica, transporte urbano, coleta de lixo, ou seja, um total descaso por parte do poder público. Por isso, ao serem questionados sobre os serviços hoje, relatam ter acesso a todos, mesmo que a realidade não seja boa nem a mesma para todos os moradores.

Quanto a áreas verdes no bairro, são inexistentes, entretanto para os moradores isto passa despercebido, ninguém pontuou entre os questionados a falta de áreas verdes, o que tem sim sua importância para uma melhor qualidade de vida, por exemplo no que tange ao ar respirável ou à presença de sombra nos espaços públicos, além de dar um aspecto menos artificial ao local.

Vejamos que, mesmo com calçamento e pavimentação precários, como observado na foto a seguir, eles não avaliam sua qualidade.

Fotografia 9 – Rua São Martinho, bairro Progresso.



Fonte: Paulo José dos Santos – julho 2014

Como se observa na fotografia 9, os espaços para o passeio não existem nas ruas e quando existem não compreendem um tamanho adequado. O calçamento, de fato, existe, entretanto se encontra em condições precárias, quase ausente em alguns lugares, demonstrando de certa maneira um menosprezo para com quem mora no bairro, ou então que por não ser tratar de vias de grandes fluxos, como o caso das avenidas centrais da cidade, não necessitem de manutenção tão frequentemente. Outro elemento que chama atenção na foto é a presença de antenas de televisão a cabo. Esse objeto demonstra, por um lado, uma das maneiras utilizadas pelos moradores para se sentir incluídos em termos de acesso, ou iguais a outras pessoas que residem em bairros abastados, por exemplo, e pode indicar, por outro lado, uma má qualidade do sinal da TV aberta. A antena de TV a cabo demonstra que mesmo estando em um lugar em que nem tudo funciona como deveria, existem serviços que estão presentes em todos os bairros da cidade, porém a qualidade altera-se de espaço para espaço.

Neste sentido, Vieira (2005, p. 14) compreende a segregação socioespacial a partir da análise das relações que ocorrem sobre o espaço e, desta maneira, o mesmo afirma que:

A segregação socioespacial se apresentaria como um processo de acesso desigual entre as diferentes classes da cidade, com um diferenciado consumo e utilização dos meios ou bens de consumo coletivo, como também com relação à sua localização espacial – ricos de um lado e pobres de outro (VIEIRA 2005, p.14).

O autor enfatiza o processo de segregação socioespacial através da desigualdade no acesso. Para tal afirmativa, podemos correlacionar com as respostas obtidas dos moradores ao questioná-los sobre a mobilidade no espaço urbano, notadamente no que diz respeito as idas ao centro da cidade.

Foi possível detectar que o meio de locomoção mais utilizado é o transporte coletivo, em segundo lugar o carro próprio e, por fim, alguns poucos vão a pé ou de bicicleta.

A maioria utiliza estes meios de transporte para trabalhar. Entre os que trabalham, no geral, a frequência ao trabalho é semanalmente, 5 dias por semana, e o deslocamento dá-se do bairro para o distrito industrial ou centro, onde alguns trabalham em supermercados.

Os moradores que utilizam o transporte urbano reclamam dos horários e linhas após as 21 horas e nos finais de semana. Eles ressaltaram os péssimos horários do transporte aos sábados e domingos, quando o último ônibus passa no bairro às 19 horas. Além disso, as linhas são reduzidas tanto para o bairro como para outros pontos da cidade, o que dificulta e mesmo inviabiliza a saída dos moradores do bairro para outros bairros, por não existir horários que se encaixem. Entretanto, nos dias de semana os horários são ajustados de 15 em 15 minutos nos horários de pico, entre 7 e 8 horas e entre 11h15 e 12h, assim como nos primeiros horários da tarde e final da tarde, deixando bem evidente que a prioridade é trazer a mão de obra para trabalhar na área central, não priorizando os demais horários. Isso acaba sendo uma forma de definir que

horários as pessoas que moram no bairro terão mais facilidade de acesso a locais como o centro.

A frequência com que vão até os supermercados também foi questionada a fim de encontrarmos mais elementos que comprovem como se dá o acesso a serviços dos moradores do bairro. A maioria dos moradores afirmou que faz suas compras uma vez ao mês, assim como utiliza os serviços de bancos e lotéricas, e os mesmos são realizados no centro da cidade.

Como observado, em se tratando da acessibilidade a outros espaços da cidade, os moradores do bairro Progresso nem sempre podem contar com o transporte público. Por isso, entre as respostas, muitos disseram que utilizam o carro próprio, porém nem todos têm carro, então dependem de táxi ou carona dos vizinhos, o que influencia na frequência com que estes moradores irão se locomover pelo espaço urbano. Esse fator acaba limitando o acesso constante destes moradores a outros espaços. Eles, então, aproveitam a única ida ao centro e compram o necessário para o sustento da casa para o mês. Mas, além disto, podemos destacar também a baixa renda e a falta de supermercados maiores no próprio bairro.

A partir da análise das falas dos moradores e das impressões de Vieira (2005), notamos que de fato as pessoas do bairro Progresso acabam sendo segregadas pelo tipo de acesso que têm a serviços, ao centro da cidade e aos comércios, entre outros, por nem todos terem condições de manter um carro próprio e muitos dependerem do transporte urbano, que prioriza os horários de início e fim da jornada de trabalho. Pode-se, portanto, pensar que quando estes horários foram programados não levaram em conta todas as necessidades das pessoas que ali residem.

O mesmo autor (2005) complementa a reflexão sobre o processo de segregação afirmando que:

a segregação socioespacial não ocorre de forma espontânea ou por vontade ou desejo próprio dos moradores – quando se trata da classe

de menor renda – mas sim, determinada, programada e planejada, de modo a separar ricos e pobres (VIEIRA 2005, p.18).

Como exposto pelo autor, este processo surge através de intenções de agentes sociais para com outros agentes sociais que acabam não só transformando o espaço em si, mas também a vida de muitas pessoas, por exemplo, quando alguns deixam de receber visitas ou ir a outros lugares em função do local onde foram obrigados a residir. Buscamos através da observação de Vieira (2005) entender como os moradores se sentem quando se veem impedidos por um ou outro elemento de estar com amigos e familiares que não residem no bairro.

Quanto aos lugares mais frequentados na cidade, as respostas foram bem divididas. Enquanto alguns afirmam ir mais ao centro em função dos serviços existentes, das praças para lazer, outros, notadamente entre eles a maioria de moradores idosos, afirmam frequentar mais o bairro, por terem o que precisam ali mesmo, por não ter opções de ir a outros locais ou por falta de condições financeiras de sair com a família mais frequentemente para ir à casa de parentes e amigos fora do bairro, ou até mesmo para o centro da cidade.

A seguir iremos analisar os mesmos critérios escolhidos para o bairro Progresso no bairro Presidente Vargas.

O bairro Presidente Vargas, localizado na parte oeste da cidade, possui um total de 2.391 moradores segundo censo de 2010 e segundo os critérios de definição de áreas que pudessem apresentar segregação socioespacial este foi o segundo bairro que se destacou entre os demais apresentando índices de exclusão social, assim como o bairro Progresso. Neste bairro aplicamos um total de 20 questionários.

Assim como no bairro Progresso, no bairro Presidente Vargas realizamos a mesma análise sobre os critérios de avaliação. O primeiro critério a ser descrito é o local de moradia, no qual foi possível analisar uma mescla entre o padrão das residências. Algumas ruas apresentam casas

aparentemente maiores e mais conservadas, principalmente na rua, já nas vias paralelas o padrão das residências diminui e apresenta-se em estado precário, ou seja, nota-se que foram feitas a partir da autoconstrução, sem nenhum planejamento ou interferência de engenharia, por exemplo. Também observamos a presença de loteamentos de interesse social, especialmente o Colina 1, 2 e 3, em fase de construção. O bairro em si está em um relevo menos íngreme do que o bairro Progresso, com poucas partes de terreno mais declivosas, o que facilita a visão de todo do bairro, que está rodeado por matas. Outro elemento importante é que as casas mais bem cuidadas, as maiores do bairro, estão cercadas por grades e avisos de cão perigoso, o que demonstra que dentro de um mesmo bairro há quem se isole dos demais moradores ou possíveis invasores de outros locais.

O segundo critério de avaliação são as formas de acesso a serviços públicos, emprego e benefícios: foi possível observar que, por estarem a uma distância considerável do centro da cidade, mesmo precariamente conseguem ter acesso aos serviços públicos que se encontram no centro e em outros bairros, assim como o acesso ao emprego. Quanto aos serviços públicos disponíveis no bairro, notamos algumas diferenças em relação ao centro da cidade, por exemplo, a falta de espaços públicos de lazer, infraestrutura mínima como calçamentos, serviços bancários básicos, supermercados, mais vagas na creche do bairro e na escola. Os únicos serviços públicos existentes são um CRAS¹⁶ e um posto de saúde que ficam logo na entrada do bairro, muito afastados de onde existe a maior concentração de famílias.

Para o item uso e disponibilidade do transporte público e mobilidade, notamos que o transporte coletivo no bairro não passa frequentemente, a média entre um e outro horário de ônibus é de 30 a 40 minutos e o tempo médio de

¹⁶ Centro de Referência a Assistência Social, os quais se localizam em áreas de maior vulnerabilidade social dentro da cidade, são equipamentos socioassistenciais que funcionam como unidades públicas estatais de base territorial. Eles atuam com famílias e indivíduos em seu contexto comunitário, a fim de orientá-los e possibilitar o fortalecimento desses vínculos. Para mais detalhes sobre a atuação dos CRAS, consultar Lindo (2011).

viagem até o centro da cidade é de 40 minutos. As linhas que passam pelo bairro fazem o roteiro de outros bairros também, tornando a viagem mais demorada, além do fato de que metade dos horários que constam na lista da empresa não existe. Para os moradores que dependem do transporte, isto acaba sendo um empecilho para o desenvolvimento de atividades corriqueiras, como ir ao centro para quaisquer que sejam os serviços necessários. Para driblar este problema, muitos moradores afirmam que adquiriram um carro ou moto, pois muitos têm filhos pequenos e se estiverem em uma emergência não têm como ir até o pronto atendimento, além da necessidade de ir ao trabalho e a outros locais. Porém existe uma parcela considerável que não tem condições de comprar um automóvel, então se vê obrigada a pedir aos vizinhos para levá-los quando não acabam precisando pedir um taxi.

Quanto ao critério presença e uso de áreas de lazer, parques, salões comunitários, notamos que no bairro não existem praças públicas para lazer, o salão comunitário está em construção, não existem campos ou quadras de esportes públicas ou privadas, apenas terrenos baldios onde as crianças e jovens improvisam traves para jogar futebol.

O espaço urbano é condição para diversas relações sociais se realizarem. Com relação, por exemplo, ao morar na cidade, temos que nem sempre estamos residindo onde queremos, porém como o espaço urbano também é, ao mesmo tempo, mercadoria, temos que nos adaptar aos valores dos terrenos e imóveis. Para melhor entender as diferenças sobre o espaço urbano, buscamos em Carlos (2007, p. 37) uma análise feita a partir do espaço urbano de São Paulo. Porém mesmo se referindo a uma metrópole e nossa área de estudo ser pertencente a uma cidade de outra escala podemos considerar suas análises.

A realidade é profundamente contraditória e as contradições não parecem suavizar-se, ao contrário, aprofundam-se entre os barracos e as mansões com piscinas e bosques; entre [...]as cores dos blocos e tijolos que dão à periferia a sensação do inacabado pois, aqui, as casas constroem-se aos poucos pelos trabalhadores, no interstício de suas atividades laboriais. As ruas bem traçadas pontuadas de verde

não poderiam ser mais diversas do que as “trilhas urbanas de terra”, esburacadas que servem ao mesmo tempo de ruas e calçadas (CARLOS 2007, p.37).

Observamos que no espaço urbano das cidades brasileiras, de modo geral, enquanto uma minoria tem a seu alcance ruas pavimentadas, arborizadas, limpas, com espaço para pedestres, ciclovias e várias faixas para carros, em outros pontos da cidade a realidade é oposta. Esse quadro é a expressão de que as classes dominantes também influenciam sobre onde e como serão feitos os investimentos em infraestrutura na cidade.

Voltando nossa análise para as respostas sobre o local de moradia, Carmela relata que quem reside no bairro foi porque precisava de um lugar para morar. Todos, segundo ela, batalharam para construir as suas casas de madeira e, há mais ou menos 23 anos, criaram um loteamento onde hoje se localiza o bairro Presidente Vargas. A ampliação do bairro, por conseguinte, se deu por ocupação de áreas adjacentes ao loteamento inicial. A mesma relembra que o aluguel onde morava na Cohab Aldo Arioli começou a aumentar, chegando a um ponto em que não conseguia mais pagar o aluguel, então sentiu-se obrigada a procurar outro lugar e o local mais próximo era o bairro Presidente Vargas.

Segundo o relato de Pedro, há 35 anos não tinha nada no bairro, ou seja, não existiam ruas pavimentadas, rede de energia elétrica e água encanada, então os moradores começaram a lutar pela implantação destes serviços para quem ali residia. Atualmente, segundo informações do morador, existem moradores irregulares no bairro que ainda não conseguiram a escritura de seus lotes ou casas.

A partir da análise dos relatos dos moradores, observamos que estes sofreram segregação socioespacial induzida, conforme denomina Souza (2011), pois alguns moradores de determinado espaço foram forçados a sair do local onde residiam, devido à valorização dos imóveis e à dificuldade de arcar com os custos de aluguel e impostos, e tiveram que buscar novos espaços de residência. Por se tratar de uma cidade projetada, onde os espaços mais

centrais já estavam ocupados por uma parte da população de classe média alta, quem residia próximo ao centro de Erechim teve que se afastar, buscar espaços mais distantes onde o valor da terra urbana fosse mais acessível ou então ocupar áreas públicas, como por exemplo a área do bairro Presidente Vargas. A seguir demonstraremos alguns pontos do bairro a partir de fotografias, que permitem ilustrar a situação em que se encontra atualmente.

Fotografia 10 – Vista do morro da caixa de água com residências irregulares, bairro Presidente Vargas.



Fonte: Izabela Fagundes, 2014

Fotografia 11 - Conjunto habitacional social bairro Presidente Vargas.



Fonte: Izabela Fagundes, 2014.

A partir destas duas fotografias, podemos observar que o bairro em si compreende um espaço relativamente semelhante em relação ao padrão das residências. Observamos por todos os extremos quatro loteamentos de interesse social ou conjuntos habitacionais populares, que indicam também um padrão de vida de quem mora no bairro, ou seja, as casas umas próximas das outras, ou muito pequenas, sem espaço adequado, por exemplo, para uma família de 4 pessoas residir confortavelmente.

A localização destes agentes sociais impacta no seu modo de vida. Essas pessoas acabam ficando restringidas de ter um acesso mais rápido e constante a determinados espaços e serviços ofertados, isto por que, segundo Mendonça (2002)

A aglomeração de atividades, equipamentos e infra-estrutura, enfim, o conjunto de recursos urbanos, apresenta-se, então, desigualmente distribuída no espaço. A *localização*, neste contexto, torna-se uma relação social, um produto da disputa entre agentes e grupos sociais. Desta maneira, a acessibilidade não é dada exatamente pela distância, mas pelas possibilidades de acesso ao valor de uso complexo (MENDONÇA 2002, p.17).

Como expresso pelo autor, a acessibilidade a serviços ou recursos urbanos ocorre através da possibilidade de acesso. Isto se evidencia quando analisamos as formas de acesso aos serviços, ao comércio, ao lazer e, como condição disso, ao uso do transporte coletivo e notamos que os mesmos são compelidos a se deslocar até o centro da cidade ou do bairro Três Vendas, pois no local não há comércios que atendam às necessidades básicas da população e as poucas vendas que existem no bairro têm poucos produtos com preços bem mais elevados.

Quanto à forma de locomoção pelo espaço urbano, notamos que os moradores optam pelo transporte urbano ou, quando possível, por carro próprio. Entre os que responderam utilizar o carro próprio, relacionaram o uso à facilidade de acesso a outros locais ou por possíveis emergências, por exemplo, se precisarem de atendimento médico durante a noite não têm transporte

coletivo após as 23 horas, então utilizam isso como uma justificativa para adquirir um meio de locomoção próprio.

Esta dificuldade no acesso a serviços que não existem no bairro, em decorrência da baixa qualidade do transporte coletivo para aqueles que dependem deste, deixa explícito o processo de segregação socioespacial relacionado à acessibilidade, como enfatizou Mendonça. Esta diferenciação de acesso entre um e outro agente social a quaisquer que sejam os serviços utilizados em função do meio de locomoção acaba demonstrando que estes moradores podem estar sendo segregados em função da precariedade do transporte coletivo.

Como salienta Negri (2008, p. 136), “Morar num bairro periférico de baixa renda hoje significa muito mais do que apenas ser segregado, significa ter oportunidades desiguais em nível social, econômico, educacional, [de] renda e cultural”. Quando falamos em chances desiguais em quaisquer que sejam os níveis de uso ou frequência e uso de espaços ou serviços, estes elementos enfatizados por Negri podem ser observados nas falas dos moradores ao questionarmos sobre os locais mais frequentados na cidade. Uma maioria destaca que frequenta o bairro Três Vendas e/ou o centro devido à disponibilidade dos serviços ali presentes e, em decorrência de o bairro ser estritamente residencial. Para melhor ilustrar esta análise a seguir trouxemos respostas de dois moradores.

Lucio informa que ele e sua família frequentam mais o bairro Três Vendas enquanto Natalina mencionou que frequenta mais o centro, devido aos horários e linhas de transporte urbano que permitem o deslocamento, porém gostaria de ir mais vezes à casa de amigos em outros bairros da cidade; entretanto, em função do transporte urbano, acaba não tendo como se deslocar até os lugares a que desejaria ir.

Entre os demais moradores questionados, alguns afirmaram frequentar o bairro mesmo, mas gostariam de ir mais vezes a outros lugares, seja o centro,

seja outros bairros ou mesmo outras cidades, o que não é possibilitado pelas precárias condições financeiras.

Notamos que em função de suas condições econômicas os espaços frequentados delimitam-se, eventualmente, aos centros comerciais ou ao próprio bairro, pois, por mais que desejam frequentar outros lugares, dentro ou fora da cidade, não o fazem em função de falta de meio de locomoção que está associado a sua condição econômica.

Convém destacar, ao analisarmos os processos que se evidenciam no espaço urbano, que estão expressos nele também as formas e usos dos serviços coletivos assim como o uso do próprio espaço urbano que se transformou em mercadoria, estando seu uso vinculado às possibilidades financeiras. Neste tocante, trouxemos as reflexões de Roma, (2012, p. 83), retomando Lonjkine, para fazer uma análise sobre o uso e acesso aos meios de consumo coletivos.

Os meios de consumo coletivo se materializam em equipamentos, infraestruturas e serviços. O primeiro, objeto material, seria a produção dos suportes das atividades, ou seja, os prédios (equipamentos), e o segundo, o valor de uso imaterial, seriam os serviços prestados. Na teoria do bem coletivo oposto ao bem individual, os bens coletivos seriam comuns a todos e ninguém poderia ser excluído. Entretanto, isso se torna uma ideologia do bem “coletivo”, devido sua desigual distribuição social geradora da segregação social e espacial (LOJKINE, 1997 [1981]) (ROMA 2012, p.83).

Como expresso na citação, os bens coletivos deveriam estar acessíveis a todos os usuários da cidade, entretanto notamos que o que prevalece são os interesses individuais, pois nem sempre as necessidades da maioria são atendidas como deveriam. Neste sentido, ao questionarmos os moradores do bairro Presidente Vargas sobre a qualidade na oferta de serviços públicos (esgoto, água encanada, energia elétrica, pavimentação, arborização, coleta de lixo, segurança, escolas, creches e áreas de lazer), alguns informaram não estar satisfeitos com os serviços, ou seja, a qualidade de pelo menos um dos serviços está péssima, quando não for inexistente.

Entre as necessidades, os moradores relataram a pavimentação que, em alguns pontos, não existe ou está precária, a falta de rede de esgoto em alguns pontos do bairro, a falta de agentes de saúde, de segurança, as péssimas condições da rede de energia elétrica e a falta de recolhimento do lixo. Contrapondo as respostas anteriores, outros moradores afirmaram que têm todos os serviços no bairro e que a qualidade está em um bom nível.

Esta contradição entre as respostas dos moradores demonstra que alguns levam em consideração a transformação do bairro até a atualidade ou o lugar onde residem no bairro. Por exemplo, na rua central há asfalto, entretanto, se seguirmos até alguns outros pontos do bairro, há 2 quadras da rua principal, temos ruas sem calçamento, sem passeio e rede de saneamento básico. Fotografia 12 e 13.

Fotografia 12 – Pavimentação das ruas paralelas a rua central do bairro.



Fonte: Izabela Fagundes, 2014.

Fotografia 13 – Pavimentação das ruas paralelas do bairro Presidente Vargas.

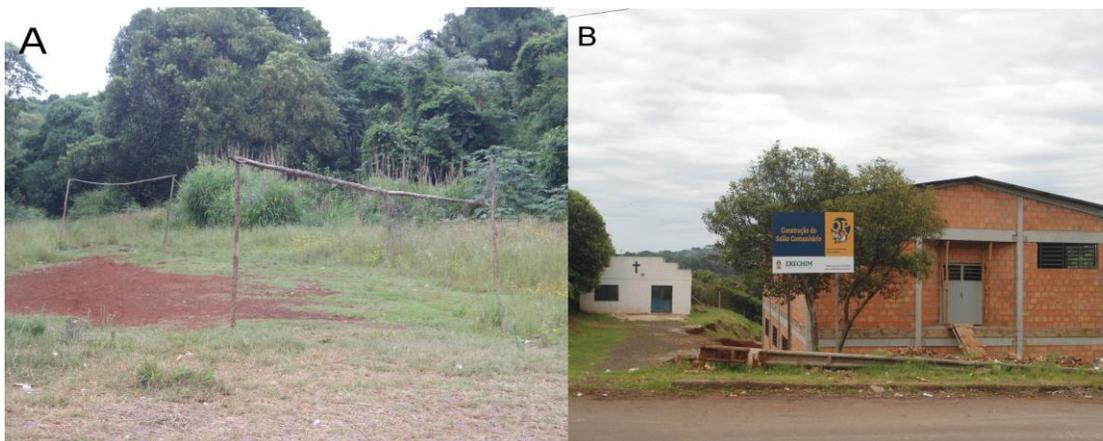


Fonte: Izabela Fagundes, 2014.

Jessica afirma que os moradores do bairro estão praticamente abandonados, pois não há recolhimento do lixo seco, não há rede de esgoto nem calçamento em partes do bairro.

Graça expôs que faltam creche, praça para as crianças brincarem e um salão de festas, ou seja, um salão comunitário para que os moradores pudessem se reunir, se distrair, etc. podemos verificar estas informações a partir da fotografia 14.

Fotografia 14 – Vista do campo de futebol (A) e do salão comunitário do bairro (B).



Fonte: Izabela Fagundes, 2014.

A partir das fotografias 13 e 14, observamos que, além do descaso com as vias públicas em partes do bairro, este não possui áreas de lazer ou então estão em fase de construção, como o salão comunitário, que após aproximadamente 30 anos de criação do bairro está sendo concluído. Nota-se, a partir da falta destes espaços de lazer para os moradores do bairro que estes estão como esquecidos, não recebem os mesmos investimentos que outras áreas da cidade. Continuando nossa análise sobre as respostas dos moradores, Leni atenta para a falta de segurança, emprego e áreas de lazer para crianças, jovens e adultos.

Isto significa que as regras e leis da cidade não se aplicam a todos os espaços. Se observamos os parágrafos anteriores, notamos que nem todos os moradores estão insatisfeitos com os serviços. Entretanto, sabemos que todos os moradores têm os mesmos direitos, certo? Pois, então, como explicar a situação de alguns que não têm o mesmo acesso a serviços prestados por toda a cidade? Podemos entender como um indicador de segregação socioespacial a situação destes moradores que não têm todos os serviços pois, devido ao espaço que habitam, acabam tendo dificuldade de acesso aos serviços ou infraestruturas, como escola para os filhos, calçamento, rede de esgoto e a coleta de lixo.

Após a análise das respostas dos moradores questionados, podemos afirmar que, de fato, uma segregação sob os mesmos parâmetros encontrados em metrópoles e, mesmo, em cidades médias não existe nos bairros da cidade em estudo, mas sim existem alguns indicadores de segregação socioespacial em formação ou superação, isto é, os moradores destes bairros já sofreram este processo quando foram residir no local devido à carência generalizada (comércio, serviços, infraestrutura), impeditiva a uma vida digna na cidade. A partir da relação entre a análise teórica e empírica sobre o processo de segregação socioespacial, notamos que os elementos segregadores estão voltados à mobilidade pelo espaço urbano, à situação das áreas de lazer e serviços públicos básicos, isto em relação, sobretudo, ao centro da cidade e aos

bairros adjacentes, pois grande parte dos demais bairros não foram pesquisados.

A partir do estudo bibliográfico, notamos que a segregação é um processo múltiplo e em movimento, pois hoje se pode ser segregado em função da distância que reside do centro, que decorre da falta de transporte coletivo ou privado para facilitar o acesso a outros espaços, mas enfatizamos que o beneficiamento de uns pode provocar a segregação de outros, já que as pessoas se encontram segregadas relativamente à conformação do espaço urbano e à produção das localizações. Ademais, ninguém se isola dos serviços, do espaço público, dos comércios e recursos básicos por querer, mas sim por terem sido “obrigados” por outros agentes sociais, entre eles o poder público, que é um forte aliado deste processo quando, com a implantação de loteamentos sociais estrategicamente construídos nas periferias da cidade, acaba afastando os agentes sociais economicamente mais vulneráveis para longe, assim como a própria condição econômica que o agente social está o impede de ter acesso a outros locais mais seguros, mais bem infraestruturados da cidade, porque o solo urbano ao ser mercadoria, é produto de consumo adquirido por quem tem mais condições econômicas e, em consequência, quem não tem tantas condições adquire ou usa o que lhe for mais acessível.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O espaço urbano, no capitalismo, é consumido como mercadoria, em que cada parte tem seu preço e só a adquire quem tem condições de pagar pelo valor que lhe é inserido. O direito a uma vida digna, com lazer, escola, atendimento à saúde, saneamento básico, transporte coletivo e moradia nem sempre prevalece. Atualmente, nota-se que as classes sociais dominantes têm suas necessidades básicas atendidas, enquanto que pessoas de classe média baixa têm suas necessidades deixadas em segundo plano ou então são fornecidas provisoriamente, o que acaba salientando ainda mais as desigualdades socioespaciais no espaço urbano.

A cidade capitalista jamais será homogênea, pois a produção de desigualdades é condição de sua existência. Os espaços urbanos tornam-se diferenciados, com áreas de lazer, centros comerciais, subcentros, bairros residenciais de alto padrão e bairros que surgem da junção de vários loteamentos sociais, bairros de operários, os quais podemos perceber inicialmente pelo padrão das residências. Após análise mais detalhada, podemos perceber outros elementos que diferenciam os espaços urbanos, como, por exemplo, a precariedade das vias e sinalizações, a falta ou precariedade dos passeios públicos, a inexistência de espaços de lazer dentro ou próximos de alguns bairros e a própria forma de acesso ao restante da cidade. É visível que determinados grupos sociais têm acesso diferenciado a outros lugares da cidade, especialmente pela sua condição financeira que está associada ao ir e vir. Para os grupos sociais economicamente mais vulneráveis, a mobilidade dentro do espaço urbano restringe-se a horários de transporte públicos ou à carona de amigos ou vizinhos ou, em caso de maior necessidade, de um táxi. São poucos os que têm condições de manter um carro e quem tem muitas vezes se responsabiliza por transportar a família toda, inclusive os pais, avós, sogros etc. Se analisarmos a classe dominante, temos outro extremo. Em muitos casos, cada membro da família tem, no mínimo, um carro, isto implica numa maior mobilidade destas pessoas, que poderão transitar para onde

quiserem sem depender nem do transporte público, nem dos demais membros da família.

Compreender estas desigualdades, seja referindo-se ao espaço em si, seja em função da infraestrutura ou da renda, é fundamental para entendermos como o espaço urbano é produzido e como o processo de segregação socioespacial se apresenta.

O beneficiamento de alguns promove a segregação de outros. Enquanto alguns intencionalmente buscam residir o mais próximo possível de pessoas do mesmo nível socioeconômico, muitas vezes para se “proteger” do mundo externo, para quem está fora das grades, dos muros vigiados por câmeras e cercas elétricas acaba segregado involuntariamente. Estar próximo dos serviços, do trabalho e das áreas de lazer seria o ideal para ter seu acesso garantido e facilitado, entretanto, muitas das áreas próximas aos centros comerciais valorizam-se devido à especulação imobiliária e ao desejo de todos quererem residir ali. Porém, quando se elevam os preços da terra urbana e dos imóveis, nem todos conseguem se manter no mesmo espaço e para estes, então resta procurar locais acessíveis. Deste modo, surgem ou intensificam-se as ocupações irregulares em terrenos públicos ou nos bairros criados a partir da realocação de moradores de outras áreas da cidade.

Assim como exposto até o momento, em Erechim a situação se repete, a cidade apresenta suas diferenciações socioespaciais, acentuação de desigualdades sociais em função dos elementos destacados anteriormente, que provocaram espaços de alta e média exclusão social e também segregação socioespacial em determinados bairros da cidade.

Como o termo já esclarece, exclusão social refere-se às relações sociais, com uma relação com o espaço nem sempre evidente ou necessária. Entretanto, a segregação socioespacial apresenta-se intimamente associada ao espaço urbano. Diante do exposto, os bairros Progresso e Presidente Vargas foram definidos a partir destes critérios, isto é, apresentaram, no mapa da

inclusão/exclusão social, indicativos de exclusão social e localizam-se distantes do centro, em porção da cidade cujo tecido urbano se encontra fracionado.

Erechim possui, segundo informações do IBGE para o ano de 2014, um total de 101.752 habitantes, destes pouco mais de 6 mil vivem na área de estudo, que são os bairros Progresso e Presidente Vargas. Estes dois bairros surgiram por processos semelhantes de realocação de pessoas de outros espaços da cidade e por ocupação de áreas públicas por volta dos anos de 1970-80. Os bairros assemelham-se também quando analisamos a sua infraestrutura, pois há em ambos precariedade das vias, ruas sem pavimentação, sem espaços para passeio, sem estruturas para acesso de portadores de necessidades especiais, como, por exemplo, cadeirantes ou cegos entre outros problemas.

Quanto ao acesso a outros locais da cidade, notamos que quem reside no bairro Progresso está preso ao transporte público ou privado, dado que o bairro se encontra além da BR 153 que separa o bairro e diversos loteamentos do restante da cidade, provocando uma fratura do tecido urbano. Nesta parte da cidade, não existem os serviços presentes no centro da cidade, como os bancários, assim como não há rede de lojas e supermercados que atendam às demandas de quem ali reside. Quando se dificulta ou se impede o acesso de alguém a algum lugar ou serviço, trata-se de indicativo de segregação socioespacial.

Diferentemente do bairro Progresso, o bairro Presidente Vargas está separado apenas pela linha férrea, que, de fato, não representa uma barreira, já que não há circulação de trens, mas o bairro serviu para que muitas pessoas que eram beira-trilhos fossem realocadas para uma distância de 3,8 Km do centro da cidade, distância esta que não pode ser facilmente percorrida a pé, especialmente idosos, crianças pequenas ou portadores de necessidades especiais.

A partir análise das respostas dos questionários aplicados a um total de 41 moradores nos dois bairros, observamos que, desde o início os moradores vêm sofrendo a presença do processo de segregação socioespacial. Os bairros em sua origem encontravam-se sem infraestrutura alguma, seja energia elétrica, água encanada e ruas pavimentadas, seja sem serviços, como transporte, e sem comércios etc.

Atualmente, notamos que, considerando os critérios escolhidos para análise (moradia, mobilidade e espaços de lazer) nos deparamos analisando a cidade como um todo, identificando bairros mais homogêneos, ou seja, com pessoas com nível econômico muito próximo umas das outras, e também encontramos heterogeneidades dentro dos próprios bairros periféricos ao verificar residências em que se erguem muros altos, grades e alarmes, como justificativa para proteger-se de eventuais riscos.

Deste modo, também analisamos o critério lazer, a partir do qual foi possível observar que os moradores dos bairros Progresso e Presidente Vargas não possuem uma praça com estrutura para crianças brincarem e adultos utilizarem. Alguns frequentam o centro, mas afirmaram que, devido à distância e ao gasto para levar a família, tornam-se raros os momentos de lazer. As crianças utilizam as ruas para brincar, entre os automóveis que circulam, ou as escolas que possuem um espaço de lazer. Neste item, também observamos pessoas segregadas socioespacialmente por estarem, ao mesmo tempo, privadas de possibilidades próximas de lazer e do acesso às áreas mais bem dotadas.

O processo de segregação socioespacial se trata de algo que está sempre em movimento, ou seja, hoje se pode estar segregado, mas isso não significa que essa segregação persistirá no futuro.

A mobilidade de quem vive nos bairros mais afastados está intimamente relacionada ao transporte urbano e quem precisa deste tem que adequar sua vida aos horários do transporte, que priorizam os horários comerciais.

Após esta breve retomada do trabalho, podemos então afirmar que os bairros em estudo já estiveram segregados socioespacialmente quando surgiram, sem nenhuma infraestrutura e distantes de todos os demais espaços da cidade, em situação praticamente de isolamento. Atualmente notamos que há presença de elementos indicativos de segregação socioespacial, porém, no que tange ao lazer a segregação se evidencia mais claramente no bairro Presidente Vargas, o qual não possui espaços de lazer e sociabilidade, além do fato de que quem gostaria de frequentar espaços em outras partes da cidade nem sempre consegue, sem mencionar o próprio espaço das residências que são insuficientes para qualquer evento familiar ou entre amigos. Porém este processo não é generalizado para todos os moradores do bairro, pois há aqueles que afirmaram ter momentos de lazer quando frequentam templos religiosos ou a casa de amigos.

Ao questionarmos os leitores e a nós mesmos sobre a possibilidade de reconhecermos a presença do processo de segregação socioespacial nos bairros de estudo, podemos finalmente responder a este questionamento afirmando que nos bairros de estudo encontramos indicativos deste processo, o qual foi possível através da análise das questões, relatos dos moradores e da própria observação no momento do campo pelos bairros. Além disto, a existência deste processo, como dito anteriormente, é instável, transitória e ampla, ou seja, um bairro pode apresentar indicadores de segregação socioespacial pela distância que está do restante da cidade, assim como alguns moradores do bairro podem estar segregados devido à falta de transporte público, a falta de áreas de lazer, de espaços comunitários de encontro entre os moradores, a falta de segurança, de alguns ou todos os serviços, postos de saúde, creches, escolas etc.

Convém destacar que a segregação socioespacial é um processo múltiplo que, por sua vez, decorre de outros processos e implica em uma questão mais ampla, que é a existência ou não do direito à cidade.

Os direitos sociais que também relacionam-se ao direito à cidade, no qual todo o cidadão deveria ter assegurada todas as condições de uso e dos espaços, para todas as idades e sexos, direitos à educação, ao trabalho, à cultura, à habitação, ao lazer, a uma moradia digna e condizente com as reais necessidades de cada cidadão ou família, a serviços e infraestrutura. Compreende também o direito de ser criança e ter as condições necessárias para que a mesma possa vivenciar esta fase da vida, o direito a ser idoso e ter todo o aparato médico ou atendimento necessário de fácil acesso, ter alimentação, tempo para lazer, entre outros tantos direitos que não iremos citar aqui.

Deste modo, ao realizarmos um apanhado geral sobre os bairros notamos que o direito a cidade nem sempre é garantido a todos os habitantes e principalmente a quem reside nos bairros. Por outro lado, de uma forma ou outra, somos cobrados por nossos deveres de bons cidadãos, como pagar impostos, luz, água, aluguel, transporte, entre outros.

Diante do exposto, podemos apontar como possibilidades de estudo e análise para futuros trabalhos a análise mais detalhada sobre o direito à cidade de moradores de bairros periféricos, assim como se pode estudar outros bairros periféricos que não foram contemplados neste.

Além disto, como exposto no capítulo 1, a segregação se manifesta através de diversos critérios, para nossa análise escolhemos alguns, entretanto há muitos outros critérios que podem ser analisados e discutidos em pesquisas futuras, que não puderam ser contemplados neste trabalho, devido, entre outros elementos, ao modo como foi elaborada a proposta de pesquisa e definidos os bairros de estudo. Seria possível, inclusive, explorar mais alguns critérios do processo de segregação ou então trabalhar o direito à cidade conjuntamente com a análise deste processo, o que só pudemos perceber ao final.

Deste modo, salientamos que a partir da metodologia utilizada para realizar a pesquisa, não foram encontrados elementos suficientes para abordar

todos os aspectos vinculados à segregação socioespacial, porém foi possível observar indicativos deste processo. Este trabalho, muito além das informações aqui apresentadas, serviu como instrumento de ensino e aprendizagem, no qual foi possível aplicar, senão todos, mas boa parte dos conhecimentos apreendidos durante a graduação. Esta pesquisa teve por intuito servir como base de novas pesquisas sobre o espaço urbano erexinense e os processos que nele se evidenciam a partir das desigualdades socioespaciais. Esperamos que este estudo sirva de base a outros estudantes para pesquisas sobre o espaço urbano, a cidade de Erechim e também outras cidades da região.

REFERÊNCIAS

ARANTES, Otilia. Uma estratégia fatal: A cultura nas novas gestões urbanas In: _____, VAINER, Carlos; MARICATO, Emínia (Org.) **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, v. 4. 2007. P. 11-74.

ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO 2013 disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/Ranking-IDHM-Municipios-2010.aspx>>. Acesso em: 07.06.2014.

BENINCA, Dirceu. **Reciclando a (Des)Ordem do Progresso Arcan** – uma alternativa sócio-ambiental. 2006. 262 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Da “organização”, à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: _____; SOUZA L. Marcelo de; SPOSITO, Maria E. B. **A Produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011. P. 53 -74.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Introdução. In: _____. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 2009. P. 11-34.

_____. Notas sobre a paisagem urbana paulistana. In: _____. **O Espaço Urbano: Novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: Labur Edições, 2007. p. 33 – 40.

CASSOL, Ernesto (coord.) Fundação da Colônia Erechim. In:_____, **Histórico de Erechim**. Centro de Ensino Superior de Erechim – CESE, Instituto Social padre Berthier. Passo Fundo, 1979. 280 p.

CATALÃO, Igor. Socioespacial ou sócio-espacial: continuando o debate. **Revista Formação Online**, Presidente Prudente, v. 2, n. 18, p. 39-62, jul/dez 2011.

CLAVAL, Paul: Campo e perspectivas da geografia cultural. In: CORRÊA, Roberto L; ROSENDAHL, Zeny (Org.). **Geografia cultural: um século** (3), Rio de Janeiro: UERJ. 2002. 145 p.

CORRÊA, Roberto L. Quem produz o espaço urbano? In: _____. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática:1989. p.11 - 12.

_____. Quem produz a segregação? In: _____. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática:1989. p.63 - 64.

GRITTI R, Isabel. As companhias colonizadoras e a intrusão de terras no norte do Rio Grande Do Sul: o caso da fazenda quatro irmãos 1948 -1950. In: XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. Natal – RN, 2013. **Anais...** Natal: UFRN, 2013.

IBGE. **Censos Demográficos** 1991, 2000 e 2010. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/ibge/censo/cnv/ginirs.def>>. Acesso em: 01.05.2004.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LINDO, Paula V. de F. **Geografia e política de assistência social**: territórios, escalas e representações cartográficas para políticas públicas. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

Mendonça, Jupira Gomes de. **Segregação e mobilidade residencial na Região Metropolitana de Belo Horizonte**. 2002. 252 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

NEGRI, Silvio Moisés. Segregação Sócio-Espacial: Alguns Conceitos e Análises. **COLETÂNEAS DO NOSSO TEMPO**, Rondonópolis, v. VII, n. 8, p. 129-153, 2008.

NUNES, Marcelo. **Produção do espaço urbano e Exclusão social em Marília**. 2007. 173 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2007.

PEET, Richard. **Desigualdade e Pobreza**: Uma Teoria Geográfico-Marxista. 1975. Transcrito dos Annals of the Association of American Geographers, p.10.

RODRIGUES, Arlete M. Desigualdades Socioespaciais – A Luta pelo direito à cidade. **CIDADES**, Presidente Prudente, v. 4, n. 6, p. 73-88, 2007.

RODRIGUES, Arlete M. A cidade como direito. In: IX COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 2007, Porto Alegre. **Anais...** UFRGS. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/9porto/arlete.htm>>. Acesso em: 10/06/2014.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense. 1994.

ROMA, Claudia Marques. **O rural, o urbano e o agrícola no movimento espiral do espaço**: um híbrido. 2012. 296 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2012.

SAWAIA, Bader. Introdução: Exclusão ou inclusão perversa? In: _____ (Org.) **As Artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 2001. P. 7-15.

SILVA, Flávia Cristine da. **Segregação Socioespacial no Jardim Morada do Sol em Presidente Prudente/SP**. 2008. 177 f. Trabalho de Conclusão (Bacharelado – Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2008.

SILVA, Oséias da T. O conceito de centro e centralidade como um instrumento de compreensão da realidade urbana. In: XIII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA – SIMPURB, 2013, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: UERJ, 2013.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do Desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

_____. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SPINELLI, Juçara (Org.). **Caderno de Mapas de Erechim**. 2011. Universidade Federal da Fronteira Sul, *Campus* Erechim. mapas. Escala 1: 2000.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e urbanização**. São Paulo: Contexto, 1988.

VASCONCELOS, A. Pedro de. A utilização dos agentes sociais nos estudos de geografia urbana: avanço ou recuo? In: CARLOS F.A. Ana, SOUZA L. Marcelo de, SPOSITO B. E. Maria (Org.). **A produção do espaço urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011. p.75 -96.

VIEIRA, Alexandre Bergamin. **O Lugar de cada um**: indicadores sociais de desigualdade intraurbana. 2005. 149 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2005.

_____. **Mapeamento da Exclusão Social em Cidades Médias: interfaces da Geografia Econômica com a Geografia Política**. 2009. 208 f. Tese

(Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2009.

VILLAÇA, Flavio. A segregação urbana e a justiça (ou a Justiça no Injusto Espaço Urbano), **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, v.11, n. 44, p. 341-346, jul./set., 2003.

APÊNDICES: NOTAS METODOLÓGICAS

Estas notas metodológicas têm como intuito explicitar o processo que ocorreu durante a pesquisa, desde a escolha do tema aos resultados esperados. Desta maneira, buscaremos detalhar cada etapa da pesquisa em 4 Itens: 1. Delimitação do tema e bairros estudados; 2. Mapas de exclusão/inclusão social; 3. Referencial teórico; 4. Questionários.

DELIMITAÇÃO DO TEMA E BAIROS ESTUDADOS.

Ao longo da graduação, participamos direta e indiretamente de três projetos de extensão, cujos temas abordavam aspectos sobre a cidade de Erechim: i) Erechim para quem quiser ver, intervir e discutir: democratizando o acesso às informações socioambientais da cidade¹⁷; ii) A cidade em debate: a UFFS dialogando com Erechim¹⁸; e iii) Gestão urbana e formulação, implementação e avaliação de políticas públicas¹⁹. Também tive acesso ao relatório final do projeto de pesquisa A produção do espaço urbano de Erechim e a ‘Cidade não vista’, o qual foi de grande valia para minhas escolhas. Todos os projetos de extensão e pesquisa acima citados colaboraram de alguma maneira para a delimitação do tema e escolha das áreas de estudo.

Buscando explicitar um pouco sobre cada projeto de extensão e pesquisa em que houve participação ao longo da graduação, descrevemos a seguir um breve resumo de cada um.

O projeto “Erechim para quem quiser ver, discutir e intervir” democratizando o acesso às informações socioambientais da cidade, teve por intuito a socialização e análise, por meio de exposições temáticas e ciclos de debates, de informações sobre o espaço urbano de Erechim, coletadas e

¹⁷ Projeto desenvolvido durante o ano de 2011, coordenado pela professora Juçara Spinelli (Geografia).

¹⁸ Projeto desenvolvido de março a dezembro de 2011, coordenado pelo professor Clovis Schmitt Souza (Ciências sociais) do qual participei como bolsista.

¹⁹ Projeto coordenado pelos professores Cleber Ori Cuti Martins e Clovis Schmitt Souza (Ciências sociais) entre março e dezembro de 2012, do qual participei como bolsista.

sistematizadas em materiais cartográficos. Participamos do II Ciclo de debates: com a temática habitação.

O projeto de extensão, A cidade em debate: a UFFS dialogando com Erechim (2011), destinou-se a constituir um debate com os moradores de Erechim a respeito dos processos de consolidação da estrutura urbana local. Isso se fez através da realização de um conjunto de reuniões em diferentes áreas da cidade, objetivando compreender como ocorre a dinâmica de produção do espaço urbano e o modo como são tecidos os processos de separação e diferenciação social a partir da reflexão dos principais agentes formadores do espaço: o Estado, o capital privado e os movimentos sociais. Por conta disso, a universidade pode ser uma facilitadora à constituição de um diálogo entre estes diferentes grupos possibilitando uma melhor compreensão das contradições verificadas na cidade e, do fruto desta troca de experiências, construir coletivamente espaços de discussão do processo de formação de Erechim com vistas à melhoria das condições de moradia.

O curso de extensão de “Gestão Urbana e Formulação, Implementação e Avaliação de Políticas Públicas” teve por objetivos contribuir para o desenvolvimento de um processo de formação continuada do corpo técnico, estudantes e demais interessados acerca da gestão das políticas públicas urbanas nos municípios que integram a Associação dos Municípios do Alto Uruguai (AMAU), O curso esteve integrado pelos temas: elaboração de políticas públicas no nível local, inter-relações com o governo federal, análises estratégicas, estudos de projetos do Ministério das Cidades, instrumentos e mecanismos de implementação, diagnósticos, proposições, linhas de financiamento e avaliação, além dos processos, diretrizes e perspectivas teóricas sobre o processo de formulação de políticas públicas no Brasil, efetivando um processo de pesquisa, análise e formação dos participantes.

A partir da breve contextualização acima dos projetos em que houve participação direta ou indireta, pudemos ir construindo um tema para a pesquisa, a partir dos apontamentos realizados durante os encontros. Os

apresentadores, de um ou outro modo, abordavam elementos da realidade de Erechim e, a partir destes elementos e de leituras realizadas sobre o espaço urbano, surgiu a instigação em descobrir se os moradores passavam por processo de segregação socioespacial.

MAPAS DE EXCLUSÃO/ INCLUSÃO SOCIAL

A delimitação da área de estudo foi finalizada após a análise do mapa síntese de exclusão/ inclusão de Erechim (mapa 5), o qual foi um instrumento importantíssimo para a definição final dos bairros estudados, pois, ao interpretar a distribuição espacial do problema representado, neste caso a inclusão/exclusão, foi possível escolher os bairros, Progresso e Presidente Vargas, como nosso recorte de estudo por serem bairros que apresentam elevados índices de exclusão e que, em função disso, nos colocavam a questão de saber se também apresentavam segregação socioespacial.

Para obter o mapa síntese: “Erechim: Exclusão/Inclusão Social, 2010”, os autores (Camacho e Lindo, 2014) elaboraram um conjunto de dez mapas²⁰. A saber:

- 1) Erechim: Domicílios sem banheiro, 2010;
- 2) Erechim: Domicílios com 4 banheiros ou mais, 2010;
- 3) Erechim: Domicílios ligados à rede de esgoto, 2010;
- 4) Erechim: Habitantes por domicílios, 2010;
- 5) Erechim: Chefes de família de 10 a 19 anos, 2010;
- 6) Erechim: Chefes de família com rendimento até 2 salários mínimos, 2010;
- 7) Erechim: Chefes de família sem rendimento, 2010;

²⁰ Os mapas referentes à metodologia de Inclusão/ Exclusão social, inicialmente, foram elaborados em 2013 pela coordenadora Paula Lindo no projeto de pesquisa “A produção do espaço urbano de Erechim, e a ‘Cidade não vista’” e posteriormente reelaborada em 2014.

8) Erechim: Chefes de família com rendimento superior a 20 salários mínimos, 2010;

9) Erechim: Analfabetos de 10 a 14 anos, 2010 e

10) Erechim: Chefe de família não alfabetizado, 2010.

Para cada setor censitário com suas respectivas variáveis os autores atribuíram uma “nota”, compondo uma hierarquia dos setores de acordo com sua posição em relação ao conjunto de setores. As notas são expressas nos mapas através das cores. Foram escolhidas quatro cores para dar ideia de ordem. Vermelho: exclusão social, Laranja: média exclusão social, Amarelo: baixa exclusão social e Amarelo claro: Inclusão Social. Como pode ser observado no mapa síntese página 93.

É importante ressaltar que a metodologia utilizada pelos autores Camacho e Lindo (2014), na confecção dos mapas de Erechim: 2010 foi aplicada ao “Atlas: exclusão/inclusão social no interior paulista”, publicado em 2004, e desenvolvida por pesquisadores do Centro de Estudo e Mapeamento da Exclusão Social para Políticas Públicas (CEMESPP) da Universidade Estadual Paulista (UNESP) Campus de Presidente Prudente.

O mapa “Erechim, RS - Exclusão/ Inclusão Social, 2010” é uma síntese de dez mapas, como mencionado anteriormente, e em nossa metodologia optamos por usá-lo para definir nossas áreas de estudo. Observamos no mapa 6 que dos quatro setores censitários indicados como de exclusão social, três deles encontram-se para além da BR 153 e dos trilhos do trem. Percebemos que os trilhos e a BR funcionam como “limites”, vias de circulação que dividem a cidade, como “muros” imaginários, que separam moradores de uma área central dos moradores da “periferia”. Dois destes setores “vermelhos” localizam-se no bairro Progresso e um no bairro Presidente Vargas (ver mapa 1e 5).

A cidade de Erechim possui 139 setores censitários²¹ urbanos, destes 21,58% são setores de inclusão social, 48,92% de baixa exclusão, 21,58% apresentam índices de média exclusão social e 2,87% são de elevada exclusão social. Ao observar a distribuição espacial da referida informação, notamos no mapa 5, que 98 setores são intermediários, ou seja, de baixa e média exclusão e estão distribuídos em diversas áreas da cidade, com exceção do eixo central da cidade, ao longo das principais avenidas (Av. Sete de Setembro e Av. Mauricio Cardoso) e nas ruas de entorno, local onde se concentram as principais atividades comerciais da cidade da área central. Quanto aos setores de exclusão social, neste caso quatro, localizam-se: dois na parte sul da cidade, no bairro Progresso (430700505000073 e 430700505000075), um a oeste da cidade, no bairro Presidente Vargas (430700505000092) e um no bairro São Cristóvão próximo à área central.

Na tabela 1, verificamos as porcentagens de moradores e domicílios em situação de inclusão e exclusão, para que tenhamos noção da ocorrência do fenômeno na cidade como um todo.

Tabela 1- Síntese dos setores, moradores e domicílios do espaço urbano de Erechim segundo hierarquia dos setores censitários

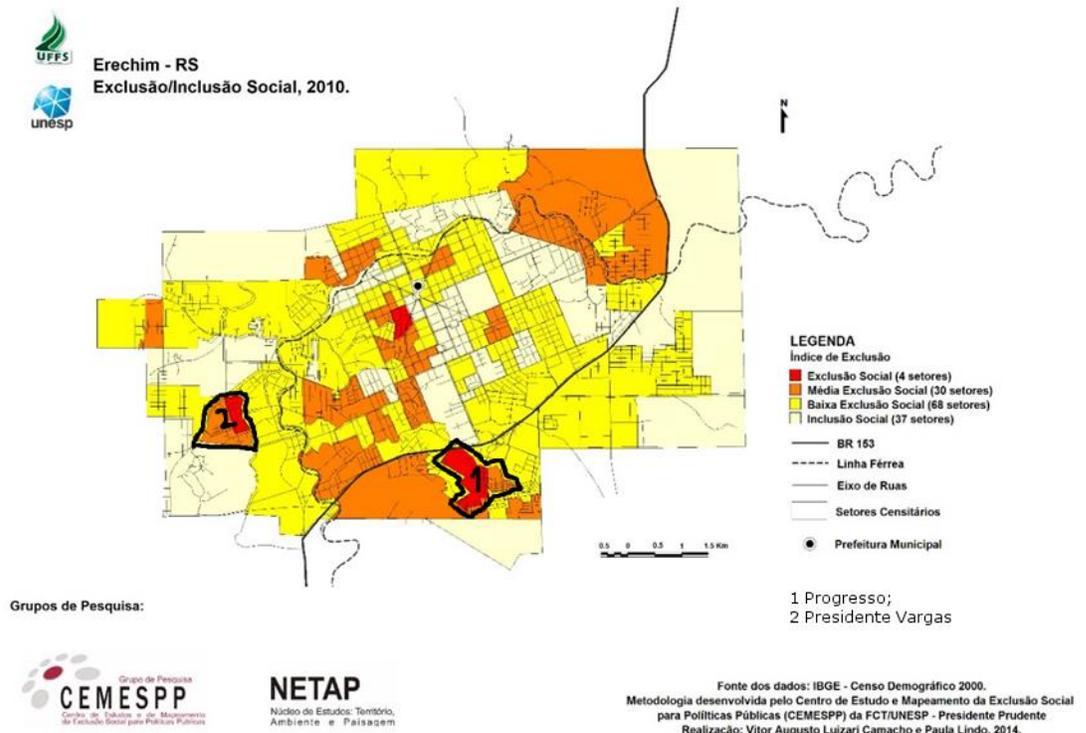
Tipo de Setores	Nº de setores	Porcentagem de setores	Porcentagem de moradores	Porcentagem de domicílios
Inclusão	37	20,13%	18,71%	17,28%
Intermediários	98	77%	77,51%	78,86%
Exclusão	4	2,87%	3,77%	3,85%

Embora percentualmente os setores em situação de exclusão social sejam relativamente baixos para o total de setores da cidade, o fato de existir três setores fora do eixo central projetado, além BR-153 e trilhos do trem, nos despertou a curiosidade para compreender o porquê de tal “disposição espacial”

²¹ O setor censitário é a unidade territorial de controle cadastral da coleta, constituída por áreas contíguas, respeitando-se os limites da divisão político-administrativa, do quadro urbano e rural legal e de outras estruturas territoriais de interesse, além dos parâmetros de dimensão mais adequados à operação de coleta. Material disponível na Base de informações do Censo Demográfico 2010: Resultados do Universo por setor censitário Documentação (IBGE, 2011, p. 9).

isto é, saber o porquê, naqueles locais, que provavelmente tiveram uma ocupação espacial diferente da área central, existem moradores em situação de exclusão social.

Mapa 5 – Mapa da Exclusão/ Inclusão social em Erechim, 2010.



Fonte: Relatório final da pesquisa A produção do espaço urbano de Erechim, e a 'Cidade não vista' 2013, reelaborada em 2014.

Após a análise do mapa de exclusão/ inclusão social, que segue metodologia própria, nos questionamos se os moradores do bairro Progresso e Presidente Vargas também estariam em situação de segregação socioespacial. Em um primeiro momento, o uso indiscriminado do conceito de exclusão quase como sinônimo do conceito de segregação, também nos levou a questionar: excluídos segundo a metodologia do mapa, mas segregados? A partir deste questionamento, buscamos através do estudo de um referencial bibliográfico

estudar e diferenciar os conceitos, entender melhor o que era a segregação e, por meio da realização de enquetes, descobrir se (e como) ela ocorria.

REFERENCIAL TEÓRICO

O quadro a seguir sintetiza os autores trabalhados segundo os temas presentes nesta monografia.

Conceitos e Temas	Autores				
Cidade	Marcelo Lopes de Souza (2003, 2011)	Raquel Rolnik (1994)	Ana Fani A. Carlos, (2009)	Otília Arantes, (2007)	
Relações Socioespaciais	Marcelo Lopes de Souza (2009)	Igor Catalão (2011)			
Agentes produtores do espaço urbano	Pedro A. Vasconcelos (2011)	William Form (1954)	Roberto Lobato Corrêa (1989)		
Desigualdades socioespaciais	Paula V. F. Lindo (2011)	Arlete M. Rodrigues, (2007)	Richard Peet (1975)		
Segregação socioespacial	Henri Lefebvre, (2001)	Marcelo Lopes de Souza (2011)	Flávia Silva (2008)	Flavio Villaça (2003)	Maria da Encarnação Beltrão Sposito (1988)
	Roberto Lobato Córrea (1989)	Raquel Rolnik (1994)	Alexandre Bergamim Vieira (2005, 2009)	Ana Fani Carlos (2007, 2009, 2011)	Cláudia Roma (2012)
	Jupira Gomes de Mendonça (2002)	Silvio Moisés Negri (2008)			
Erechim	Ernesto Cassol, (1979)	Isabel Gritti (2013)	Dirceu Benincá (2006)		

QUESTIONÁRIOS

Após escolha das áreas de estudo e revisão bibliográfica, compreendemos ser importante a aplicação de questionários para construirmos

nossa pesquisa. Conversamos com secretários do poder público e moradores dos bairros Progresso e Presidente Vargas a fim de encontrar elementos que trouxessem à tona nossos questionamentos iniciais, sobre a existência ou não de segregação socioespacial nos bairros selecionados. Cabe ressaltar que nossas entrevistas não objetivaram se caracterizar como um instrumento de cunho quantitativo, pois nosso principal objetivo foi ilustrar situações que nos ajudassem a compreender o processo de segregação socioespacial, que, por sua natureza, é pesquisa segundo métodos qualitativos.

A seguir, apresentamos o questionário.

Questionário – Erechim, RS

Nº do questionário: _____

Bairro: _____

Rua: _____

I) Quadro Familiar

Nome	Idade	Posição na família	Quanto tempo mora em Erechim?	Quanto tempo mora no endereço?

II) O Morador e o Bairro:

2.1. Conhece a história do Bairro?

2.2. Qual sua relação com os vizinhos? Qual sua relação com a Associação de moradores? (*Fazer com que fale como foi o primeiro contato com vizinhos e as relações de amizades estabelecidas. Relações de poder, associação de moradores do bairro*)

2.3. Como é a oferta de serviço público? (Perguntar sobre esgoto, água encanada, energia elétrica, pavimentação, arborização, coleta de lixo)

2.4. O que você destaca como ponto mais positivo e negativo de morar deste bairro?

III) Participa de alguma organização, associação, movimentos, igreja etc?

Nome da Inst organ/ mov/ igreja	Qual é o Endereço?	O que faz?	Qual o transporte utilizado?	Quantas vezes vai por semana?

IV) CIRCUITOS - Entrevistado

Para que sai do bairro?	Quantas vezes? (X por semana Y por mês)	Vai de quê?	Onde? localização	Tempo de deslocamento
Trabalhar		()ap ()b ()p ()on ()te		
Fazer compras		()ap ()b ()p ()on ()te		
Serviços bancários		()ap ()b ()p ()on ()te		
Serviços de saúde		()ap ()b ()p ()on ()te		
Estudar		()ap ()b ()p ()on ()te		
Diversão/lazer		()ap ()b ()p ()on ()te		
Igreja		()ap ()b ()p ()on ()te		
Outros		()ap ()b ()p ()on ()te		

Legenda: ap – automóvel próprio; b – bicicleta; p - a pé; on - ônibus de linha; te - transporte da empresa

V) CIRCUITOS - Morador:

Para que sai do bairro?	Quantas vezes? (X por semana Y por mês)	Vai de quê?	Onde? localização
Trabalhar		()ap ()b ()p ()on ()te	
Fazer compras		()ap ()b ()p ()on ()te	
Serviços bancários		()ap ()b ()p ()on ()te	
Serviços de saúde		()ap ()b ()p ()on ()te	
Estudar		()ap ()b ()p ()on ()te	
Diversão/lazer		()ap ()b ()p ()on ()te	
Igreja		()ap ()b ()p ()on ()te	
Outros		()ap ()b ()p ()on ()te	

Legenda: ap – automóvel próprio; b – bicicleta; p - a pé; on - ônibus de linha; te - transporte da empresa

VI) CIRCUITOS - familiares

Para que sai do bairro?	Quantas vezes? (X por semana Y por mês)	Vai de quê?	Onde? localização
Trabalhar		()ap ()b ()p ()on ()te	
Fazer compras		()ap ()b ()p ()on ()te	
Serviços bancários		()ap ()b ()p ()on ()te	
Serviços de saúde		()ap ()b ()p ()on ()te	

Estudar		()ap ()b ()p ()on ()te	
Diversão/lazer		()ap ()b ()p ()on ()te	
Igreja		()ap ()b ()p ()on ()te	
Outros		()ap ()b ()p ()on ()te	

Legenda: ap – automóvel próprio; b – bicicleta; p - a pé; on - ônibus de linha; te - transporte da empresa

VII - Direito à Cidade:-

7.1. Onde faz suas compras? *Fazer com que faça considerações sobre a falta de comércios (lojas e supermercados) no bairro.*

7.2 Recebe muitas visitas? Quantas vezes por mês ou semana?

7.3.Quais os lugares mais frequentados da cidade? *(Fazer com que diga o porquê frequenta tais lugares e quais gostaria de frequentar mais).*

VIII) Situação Econômica:

() Empregado Registrado () Empregado Sem Registro; () Aposentado () Encostado () Desempregado () Autônomo () Pensionista () Estagiário
Profissão_____

IX) Serviços a) Os serviços existentes em seu bairro são suficientes para atender a população?

() sim () não

b) Caso a resposta seja não, o que falta? () Creche () segurança () escola () emprego () área de lazer () Posto de saúde () outros
Especificar_____

X Políticas Públicas

a) O entrevistado é beneficiário de algum tipo de política pública? () sim () não

b) Caso a resposta seja sim, Qual? () Moradia, () Bolsa família, () Saúde () Educação ()

d) Se pudesse, em qual local gostaria de morar?